

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

MILENA MORETTO

**O TRABALHADOR RURAL E A PROPRIEDADE DA TERRA: O
SURGIMENTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE
PASSO FUNDO (1962-1970)**

Passo Fundo

2020

**O TRABALHADOR RURAL E A PROPRIEDADE DA TERRA: O
SURGIMENTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE
PASSO FUNDO (1962-1970)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História, sob orientação da Profa. Dra. Ironita Adenir Policarpo Machado.

Passo Fundo

2020

Dedico a todos os trabalhadores e
trabalhadoras rurais.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Edison e Inês, e a minha irmã Pâmela, que mesmo estando a mais de 500 km de distância sempre me incentivaram a estudar e ter uma formação de qualidade. Agradeço por toda a compreensão, a ajuda e ao auxílio que vocês me deram. Amo vocês.

À minha orientadora, Profa. Dra. Ironita A. P. Machado, que além de ter me orientado e ensinado durante todo o desenvolvimento desta pesquisa e da minha trajetória acadêmica, sempre esteve disposta a me auxiliar e me apoiar, tornando-se mais que uma orientadora de pesquisa, mas sim uma grande amiga.

Ao meu namorado, Dionatan, aquele que aguentou os choros e as desistências diárias, obrigada por ter me incentivado diariamente.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo pelo trabalho realizado com as fontes desta pesquisa. Sem a ajuda dos trabalhadores e da direção do STR seria impossível a realização deste trabalho. Obrigada por terem aberto as portas.

“É melhor morrer na luta que morrer de fome”
(Margarida Maria Alves)

LISTA DE MAPA

Mapa 1 – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais fundados pela FAG no RS entre 1963 e 1977.....	27
Mapa 2 – Abrangência do Município de Passo Fundo 1962-1970.....	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tipologia de fichas de filiados ao STR/PF.....	32
Gráfico 2 - Condição do associado de 1962-1970 do STR/PF.....	37
Gráfico 3 - Sexo dos filiados de 1962-1970 do STR/PF	40
Gráfico 4 - Sustentação financeira do STR/PF (1962-1970).....	43
Gráfico 5 - Tamanho da propriedade rural dos filiados ao STR/PF (1962-1970).....	48

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Implementos agrícolas dos filiados ao STR/PF (1962-1970).....	51
Tabela 2 – Bens imóveis dos filiados ao STR/PF (1962-1970).....	52
Tabela 3 – Produção agrícola dos filiados ao STR/PF (1962-1970).....	54
Tabela 4 – Criação de animais dos filiados ao STR/PF (1962-1970).....	55

LISTA DE QUADRO

Quadro 1- Produtor rural e assalariado rural: suas particularidades.....	38
Quadro 2- Figuras femininas no STR/PF em 1962-1970.....	41

LISTA DE FIGURA

Figura 1- Ficha de filiação ao STR/PF tipo B.....	34
---	----

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AP: Ação Popular

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CTC: Comissão de Terras e Colonização.

FAG: Frente Agrária Gaúcha

FARSUL: Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul

FETAG: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul

FUNRURAL: Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IGRA: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTER: Movimento dos Agricultores Sem Terra

PCB: Partido Comunista do Brasil

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

STR/PF: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UDN: União Democrática Nacional

ULTAB: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A ECONOMIA, A POLÍTICA E O MUNDO RURAL: CONTEXTO DA DÉCADA DE 1960	18
1.1 DA IDEIA DE REFORMA AGRÁRIA A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO: O BRASIL PENSANDO NO RURAL.....	18
1.2 FRENTE AGRÁRIA GAÚCHA E OS TRABALHADORES RURAIS: O RIO GRANDE DO SUL DO MUNDO RURAL.....	23
1.3 O NORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, A PROPRIEDADE E OS TRABALHADORES RURAIS.....	30
2 OS FILIADOS AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PASSO FUNDO (1962-1970)	34
2.1 O PRODUTOR RURAL E O EMPREGADO RURAL: UMA SÓ REPRESENTAÇÃO.....	34
2.2 O SUJEITO FILIADO: QUEM É?	39
2.3 A SUSTENTAÇÃO ECONOMICA E A ATIVIDADE SINDICAL.....	43
3 A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NA DÉCADA DE 1960	46
3.1 O QUE É PEQUENA PROPRIEDADE RURAL?.....	46
3.2 A CARACTERIZAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL DO PRODUTOR DE PASSO FUNDO.....	50
3.3 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E A CRIAÇÃO DE PEQUENA PROPRIEDADE RURAL DE PASSO FUNDO.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERENCIAS	59

INTRODUÇÃO

Na década de 1960 com o advento das disputas no meio rural, seja pela procura de terras para os que não tinham, seja pela necessidade de direitos trabalhistas dos pequenos proprietários de terra, começou uma organização dos produtores rurais, surgindo assim o sindicalismo rural voltado aos pequenos produtores rurais, denominado de Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Só entre 1963 a 1974 organizaram-se 221 sindicatos no Rio Grande do Sul no mesmo padrão, sendo um deles o caso do STR de Passo Fundo.

Desde seu surgimento até os dias de hoje os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais têm por objetivo atender o assalariado rural, o pequeno produtor rural e as particularidades do meio rural, buscando sanar as demandas do campo principalmente vinculadas a assistência, seja de saúde, seja sindical ou de produtos para a modernização dessas pequenas propriedades. Atualmente, o STR junto com as suas representações nacionais e estaduais traz como luta principal a organização do assalariado rural, a qual, segundo o site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), já passa de 4,8 milhões, focado principalmente na região norte do Brasil. Além de debaterem a questão de gênero, salientando que mais de 70% dos trabalhadores rurais do Brasil são homens e a grande maioria não tem mais de 4 anos de estudos, outros pontos fundamentais para essas entidades são: os regimes análogos a escravidão, a mecanização do campo, violência no campo, a baixa renda desses produtores e o aumento dos agrotóxicos.

Nesta pesquisa procura-se compreender o advento do sindicalismo rural na região norte do estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo (1962-1970); buscando identificar e caracterizar os primeiros associados e as suas propriedades. Para a análise são utilizadas como fontes as fichas de filiação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo dos anos de 1962 a 1970, as quais em sua essência apresentam o associado, sua posse e a sua produção. O recorte temporal se dá pelos primeiros anos do STR em Passo Fundo, o qual inicia suas atividades em 1962 na região e os anos de consolidação do sindicato no município.

Este trabalho justifica-se por dois âmbitos, o acadêmico e o social. No acadêmico percebe-se uma lacuna na produção historiográfica sobre a fundação do referido sindicato e sobre o que diz respeito aos aspectos sociais destes trabalhadores camponeses. Centra-se a análise sobre os primeiros filiados e quem eram esses sujeitos que não conseguiam

se aproximar da Associação Rural, já existente na cidade de Passo Fundo, criando assim um novo sindicato que os represente.

Já no âmbito social justifica-se que os pequenos produtores e trabalhadores rurais, os quais são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo, são os principais produtores agrícolas que subsidiam o consumo das comunidades da região norte do Rio Grande do Sul, tendo relevância para a sociedade passo-fundense. Salienta-se que não se pode esquecer que existe uma viabilidade do tema, já que os documentos utilizados para a pesquisa estão todos disponíveis no arquivo particular da entidade sindical e nunca foram investigados.

Esta pesquisa se insere no campo da História Social dialogando com a História do Mundo Rural, sendo necessário compreender o que seriam estes campos. Para Barros, a História Social é onde se destacam “certos objetos mais evidentes: os modos e mecanismos de organização social, as classes sociais e outros tipos de agrupamentos, as relações sociais e por fim os processos de transformação da sociedade” (2005, p.12), Barros continua, “existem duas das divisões ou subconjuntos possíveis que perdem o seu caráter mais específico por se auto constituírem de certo modo em totalidades: o estudo das ‘comunidades’ (rurais e urbanas) e o estudo das ‘populações’ como um todo” (2005, p.14). Neste trabalho, mais precisamente, discutiremos o estudo das comunidades rurais, por isso o diálogo com a História do Mundo Rural, a qual, segundo Machado,

os objetos e problemas de pesquisa da história da agricultura e da história agrária, a pesquisa nos demonstra que se tem uma ampliação da perspectiva da investigação do rural, ou seja, diante da pluralidade de temas, problemas e objetos de estudo analisados de forma interdisciplinar e transversalizando o campo agrícola, agrário, econômico e ambiental, nucleadas em torno da terra, parece-nos, até este momento, justo defendermos a posição de que se tem um campo de investigação na História potencial a ser denominado de História do Mundo Rural (2015, p.10)

Assim, compreende-se como estudo do Mundo Rural não apenas a categoria rural-urbano, mas sim, um campo interpretativo que engloba abordagens e variáveis econômicas, sociais, ambientais, culturais e simbólicas, capazes de se considerar uma totalidade dos elementos e fatos. Por outras palavras, o mundo rural, permanece no centro dos interesses da área de história, entre outras, reconhecidas ora no campo da história econômica ora no campo da história social. O fato é que predominam a interdisciplinaridade do conhecimento.

Para discutir o diálogo da História Social e da História do Mundo Rural, utilizaram-se os conceitos de sindicato, sindicalismo rural, trabalhador rural, empregado rural, produtor rural e propriedade rural para o desenvolvimento da pesquisa. De acordo com Sandroni em seu Dicionário de Economia, conceitua-se como sindicato uma

associação de trabalhadores assalariados, cujo objetivo é defender seus interesses frente aos patrões e ao Estado. Esse tipo de instituição pode agregar trabalhadores de uma mesma profissão, de um mesmo ramo industrial ou empresa. Já o sindicalismo conceitua-se como conjunto de doutrinas sobre a atuação e organização do movimento sindical (1999, p.558).

Como concordância percebe-se que Ramalho e Santana, consideram os sindicatos como instituições que surgiram na maioria dos países como organismos de representação de interesses setoriais, frequentemente de locais e coletivos (2003, p.42). No entanto, pensando no sindicalismo rural, fomentado pelos trabalhadores e os proprietários rurais, deve-se compreender que a forma de organização terá algumas diferenças para o sindicato urbano, apresentado pelos intelectuais citados.

Para Fernandes, o sindicalismo rural existe no Brasil desde os anos 50, contudo, na década de 1960 foi ampliado e criou-se, por iniciativa do próprio governo e da Igreja Católica (1997, p. 67). O Sindicato dos Trabalhadores Rurais era um modo de barrar o crescimento das ideias pela reforma agrária brasileira e assim controlar a luta dos trabalhadores através da administração de suas organizações. Como consonância, percebe-se o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo, no ano de 1962, organizado pela Frente Agrária Gaúcha (FAG), apoiada pela Igreja Católica do Rio Grande do Sul, a qual necessitava, como relatado por Fernandes (1997, p.68), do meio rural para um enfrentamento contra as Ligas Camponesas¹ e ao Master².

De maneira geral, já que esse tópico será abordado no segundo capítulo, o trabalhador rural é aquele que exerce o seu trabalho no meio rural, sendo assim é toda pessoa física que trabalha com atividades de natureza agrícola, vendendo a sua mão de obra em troca de salário ou trabalhe em sua própria propriedade. Pode-se colocar associado ao conceito de trabalhador o conceito de assalariado ou empregado rural e o de pequeno produtor rural. O pequeno produtor rural ou o camponês é aquele que produz o alimento para a sua subsistência imediata e o excedente, sob a forma de mercadoria,

¹Ligas Camponesas foram as grandes impulsionadoras do movimento pela reforma agrária no Brasil. Iniciadas em Pernambuco, mais precisamente em Vitória de Santo Antão. As Ligas influenciaram diversas mobilizações de camponeses, os quais aderiram às ideias que se pautavam pela defesa dos interesses dos posseiros e foreiros, que, explorados pela estrutura do latifúndio subutilizado e pela política de concentração de terras, aceleravam o movimento de migração constante; organizavam resistência e procuravam agir como frente legal das lutas dos camponeses; reivindicavam a extensão dos direitos aos despossuídos e, também, acionavam, juridicamente, os desmandos dos latifundiários (NORA, 2002, p.22)

² O Master se consolidou após a tentativa de retomada de uma área da região de Encruzilha do Sul, através da formação de núcleo, embasando-se na legislação do estado, a qual tinha como objetivo combater a propriedade improdutiva, por meio da tributação especial ou mediante a desapropriação. Estando mais interessado em reformulações na estrutura agrária e das relações de poderes no campo, além de também pleitear mudanças de ordem técnica na agricultura (PICOLOTTO, 2011, p.89)

através da comercialização (OLIVEIRA, 2007, p.40). Já o empregado ou assalariado do campo é aquele que não possui os instrumentos de trabalho e se proletariza, isto é, se torna um proletário rural, vendendo sua mão de obra ou as forças de trabalho, não possuindo os instrumentos de trabalho, abrindo caminho para a implementação do capitalismo no campo (OLIVEIRA, 2007, p.10). Além disso, pode-se perceber como empregado ou assalariado rural tanto o que está de modo temporário ou tempo determinado, isto é, na época do plantio, quanto aquele que si fixa no emprego por tempo indeterminado

Para o conceito de propriedade rural é importante frisar que neste trabalho debater-se-á sobre a pequena propriedade rural do norte do Rio Grande do Sul, aquela que não ultrapasse o tamanho de 64 hectares, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. No mais, segundo Targa, a pequena propriedade rural do Rio Grande do Sul é formada por pequenos proprietários “assentados em áreas que não interessavam à pecuária, pela presença de florestas, de montanlias e de índios, ou seja, onde a pequena e a grande propriedade não disputariam o mesmo solo, nem mesmo se avizinhariam” (1991, p.16).

Como fonte para este trabalho são utilizadas as fichas de filiação do associado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo dos anos de 1962 a 1970 presente no sindicato. Segundo o STR existem 1100 filiados ao sindicato neste período, mas por existir uma dificuldade de precisão e a não concordância com o número de fichas encontradas, 1177, utilizaremos amostragem de dados, portanto, 10% das fichas identificadas. As fichas se encontram em forma física em caixas divididas de forma alfabética, não seguindo a ordem apresentada por este trabalho, a qual dividiu-se em relação aos anos. Para melhor exemplificação e apresentação no trabalho realizou-se tabela e gráficos para os casos quantitativos e quadro para os casos qualitativos.

Como metodologia empregada utilizasse-a a biografia coletiva ou prosopografia. Esse método, de forma simplificada, é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. Segundo Lawrence Stone, “os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação” (2011, p.115).

Estruturalmente, esta pesquisa divide-se da seguinte forma: no primeiro capítulo a análise do contexto histórico brasileiro da década de 1960 e nele o surgimento do sindicalismo rural, como uma ação de enfrentamento as ideias das Ligas Camponesas e

de outros grupos com objetivo de uma Reforma Agrária, através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Além do histórico referente a Reforma Agrária o primeiro capítulo abordará a ideia de modernização da agricultura a partir da metade da década de 1960. Como segundo tópico será explorado a questão do Rio Grande do Sul, com o surgimento da Frente Agrária Gaúcha, e do norte do estado, trazendo o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo como representação dos pequenos proprietários de terra e assalariados rurais da região de Passo Fundo.

No segundo capítulo, baseando-se nas fichas de filiação, será caracterizado os primeiros sujeitos a filiarem-se no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo e suas atividades econômico-políticas. O primeiro ponto apresentará a diferença entre o produtor rural e o trabalhador rural, analisando o motivo pelo qual os dois estão vinculados ao mesmo sindicato. O segundo tópico debaterá o sujeito filiado trazendo o seu gênero, o núcleo familiar e as particularidades destes pequenos produtores rurais e assalariados rurais, buscando entender as suas similaridades e que características eram procuradas para agregar ao quadro de filiação. Além disso, ainda neste capítulo serão apresentadas as condições financeiras do filiado e do sindicato.

No terceiro capítulo, por fim, será identificada mais precisamente a propriedade rural, sua localização e sua caracterização, compreendendo a função e a produção contida neste local. Nesta terceira parte será analisado o que é uma pequena propriedade rural passo-fundense na década de 1960, além da propriedade ser caracterizada através das fichas dos filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo, interpretando quais eram suas particularidades, como criação, plantação e implementos agrícolas.

1. A ECONOMIA, A POLÍTICA E O MUNDO RURAL: CONTEXTO DA DÉCADA DE 1960

Neste capítulo será contextualizado o Brasil na década de 1960 e como a economia e a política envolvem o mundo rural nas suas mudanças. É nessa década que tanto nacionalmente, quanto estadualmente no caso do Rio Grande do Sul e na cidade de Passo Fundo nascem e se fortalecem os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

1.1 DA IDEIA DE REFORMA AGRÁRIA A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO: O BRASIL PENSANDO NO RURAL

Anterior a década de 1960 percebe-se no Brasil um afloramento das reivindicações e conflitos no campo. Justificados pela necessidade de uma Reforma Agrária, bem como das contradições existentes no período -como é o caso de uma carência de uma legislação trabalhista que atenda os trabalhadores rurais- os conflitos agrários do período são protagonizados por movimentos sociais e por partidos políticos progressistas.

A década de 1950, é marcada pelas movimentações no campo chamadas principalmente pelas Ligas Camponesas e pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Isto porque a década é conhecida pela continuação de um populismo que não se ligava ao trabalhador rural, como é o caso da Getúlio Vargas o qual continuava a sua política de cooptação governamental dos líderes sindicais urbano, e o caso de Juscelino Kubitschek, o qual propõem a industrialização e a modernização brasileira, progredindo o seu Plano de Metas³, mas não avançando a questão agrária, como uma reforma, a distribuição de terras ou avanço da distribuição de renda.

É nessa conjuntura da década de 1950 que se acentua o movimento de reivindicação no campo, as Ligas Camponesas foram as grandes impulsionadoras do movimento pela reforma agrária no Brasil. Iniciadas em Pernambuco, mais precisamente em Vitória de Santo Antão, as Ligas influenciaram diversas mobilizações de camponeses, os quais:

³ O “Programa de Metas”, nome oficial da política econômica de JK, partia de um diagnóstico sobre os “pontos de estrangulamento” da economia nacional situados em três setores básicos: infraestrutura, indústria de bens intermediários e indústria de bens de equipamentos. O Plano não se preocupa especialmente com a agropecuária, nem define metas com relação à distribuição espacial ou pessoal da renda (RABELO, 2002, p. 48)

pautavam-se na defesa dos interesses dos posseiros e foreiros, que, explorados pela estrutura do latifúndio subutilizado e pela política de concentração de terras, aceleravam o movimento de migração constante; organizavam resistência e procuravam agir como frente legal das lutas dos camponeses; reivindicavam a extensão dos direitos aos despossuídos e, também, acionavam, juridicamente, os desmandos dos latifundiários (IOKOI, 1989, p.79 apud NORA,2002, p.24)

Além das Ligas Camponesas, o Partido Comunista do Brasil (PCB), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST) e a Ação Popular (AP) foram outras grandes forças no meio rural na metade da década de 1950 e início de 1960. O PCB, segunda maior força do campo, atuou na União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Para o PCB a proposta inicial era de uma reforma agrária sendo ela a “transformação radical da estrutura fundiária e liquidação do latifundiário, mantendo-se como uma bandeira central do partido, ao lado da reivindicação de aplicação da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo” (NORA, 2002, p.27). No entanto, isso vai se modificando, mudando para uma concepção mais amena, com medidas parciais e passando sua atenção aos assalariados e semi-assalariados rurais.

É no início dos anos de 1960 que as ações e o pedido pela reforma agrária se intensificam, principalmente com a ascensão de João Goulart a presidente da república, através do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), começou-se a se pensar em reformas de base, tocando na reforma agrária, incomodando ainda mais a já descontente elite agrária nacional. De um lado o PTB e as entidades mais progressistas que defendiam a Reforma de Base, amparados pela Constituição de Estado com a entrega de terras a agricultores sempre que surgissem abaixo-assinado com mais de 100 firmas, além de continuar a obra da legislação brasileira propiciando “canais de expressão para o proletariado emergente e ideologizar um discurso reformista e nacionalista que ao mesmo tempo sensibilizasse a burguesia progressista e os setores populares (BENEVIDES, 1989, p.30 apud TEDESCO; CARINI, 2007, p.19). Em contraposição a maior parte dos parlamentares da União Democrática Nacional (UDN) e os setores conservadores apoiaram a elite agrária contra a reforma agrária pensada pelo PTB no período (LEIBRUDER, 2007); (BENEVIDES, 1989).

Nessa conjuntura de reivindicações e descontentamento entre grupos políticos que o sindicalismo rural brasileiro surge através da intervenção da Igreja Católica e do Estado. Segundo Diehel (1990, p.10) o projeto da igreja defendia em tese, possibilitar que a sociedade brasileira tivesse uma harmoniosa convivência das classes sociais. A Igreja Católica começa a organizar o campo através de discursos, comentários radiofônicos e

homílias dos padres no período, como é o caso do Dom Vicente Scherer no norte do Rio Grande do Sul, sendo que os conteúdos giravam

em torno da função social da propriedade, da necessidade de reforma agrária (dentro da lei e, em geral, em terras públicas e no latifúndio improdutivo com justa indenização), da crítica ferrenha ao comunismo e, em certo sentido, ao capitalismo liberal depredador e concentrador de renda e propriedade. A importância da sindicalização do trabalhador rural e urbano, o combate frontal as Ligas e aos “agitadores do campo”, referindo-se ao PCB, ao Master e a algumas ações apoiadas no final do Governo Brizola (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 22 e 23)

Além da Igreja Católica atuar contra o comunismo e essas agitações no campo, ela também tinha como base combater o êxodo rural, “pois muitos trabalhadores saíam do campo para as cidades à procura de emprego, ficando praticamente perdidos nas cidades, em periferias urbanas” (SILVA, 2007, p.19), além de que ao saírem do campo “procuravam outras religiões [...] ‘inferiores’ afastadas de Deus” (SILVA, 2007, p.20). No mais, Nora cita que a Igreja Católica se dividia em duas correntes, uma mais ligada a Ação Popular e outra ao conservadorismo, esse último:

foi o primeiro a entrar na disputa pela influência entre os trabalhadores rurais, liderados por bispos preocupados com o que consideravam o avanço do comunismo no campo. Representando essa posição o Bispo D. Eugênio Salles fundou no Rio Grande do Norte o Serviço de Assistência Rural (SAR), uma organização beneficente da Igreja destinada a fundar sindicatos. Também pelo setor conservador da Igreja, para criação de sindicatos e a fim de decidirem a melhor maneira de se oporem à crescente influência das Ligas Camponesas. A tarefa principal do SORPE objetivava o treinamento de líderes camponeses em potencial, capazes de combater organizações políticas revolucionárias e ideológicas, enquanto mantinha as massas rurais dentro da igreja (NORA, 2002, p. 30)

Referente à intervenção do Estado sob o meio rural, percebe-se mais ativamente com o lançamento do Estatuto do Trabalhador Rural e o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural), em 1963, o qual estendia para os assalariados do campo os direitos dos trabalhadores urbanos: sindicalização, salário mínimo, férias, repouso semanal remunerado, aviso prévio e indenização. No entanto, para Ferrante o Estatuto parece “ter sido parte dos mecanismos ideológicos usados pelo Estado para ludibriar os trabalhadores rurais, acenando-lhes com promessas que o governo não pretendia cumprir” (1973, p.193). Para a autora o Estatuto foi um instrumento do Estado para silenciar as lutas camponesas, chamadas pelas Ligas Camponesas, por exemplo.

Em contraposição, Medeiros relaciona o Estado, o Estatuto e o sindicalismo presentes através das instituições de políticas públicas “que, através de instrumentos como a legislação sindical (com suas categorias de enquadramento), trabalhista (com a definição de trabalhador rural), fundiária (através da definição de ‘módulo rural’ e de

‘minifúndio’) e das políticas agrárias e agrícolas, tiveram um papel importante no sentido de moldar segmentos no interior do sindicalismo” (2001, p. 110).

Já com uma terceira opinião, Borges apresenta que apenas com o advento do Estatuto da Terra, em 1964, que o Estado de fato interveio na vida dos sindicatos e quebrou a “organização dos parceiros, meeiros, pequenos produtores. Isto se dá pela indução de novas formas jurídicas do estatuto; mas também pela repressão das antigas ligas, procurando canalizar os movimentos para o novo sindicalismo” (2019, p.283). Sendo que para Borges (2019, p.284) apenas em 1973 no Governo de Médici, com um novo Estatuto do Trabalhador Rural, onde se adentra a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que o Estado vai conseguir controlar todos os trabalhadores rurais, sejam eles os assalariados ou os produtores através de um sistema sanitário e previdenciário.

Utilizando da primeira premissa citada, é com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, que se consolida a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), representação nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, sendo ela reconhecida em 31 de janeiro de 1964 pelo decreto presidencial 53.517, apoiada por trabalhadores rurais de 18 estados, distribuídos em 29 federações. A confederação é responsável por centralizar as organizações sindicais do campo e unificar todos os setores diversos que existem no meio rural, sendo

o principal investimento desta entidade foi no sentido de articular um conjunto de sindicatos, então dispersos e atomizados, através de concepções comuns, cuja matriz era a demanda por direitos trabalhistas e por reforma agrária, previstos através da legislação, mas não efetivados no cotidiano dos trabalhadores (MEDEIROS, 2001, p.108)

A ação da CONTAG era de estabelecer relações com os sindicatos dos pequenos proprietários locais dos municípios para contrabalancear o peso do poder local, reconhecendo o direito do camponês. Salienta-se que nas cidades a CONTAG e os sindicatos filiados a ela disputavam com o sindicalismo patronal, tentando articular e representar o pequeno proprietário rural, em contraposição ao patronal que representava os médios e grandes proprietários.

A partir de 1964, com o golpe civil-militar (FICO,2017, p. 53), o sindicalismo rural passa a ser mais padronizado e burocratizado. Podendo ser dividido em dois grandes modelos, em um primeiro momento, no início do período militar é apresentada a repressão das estruturas anteriores e a promulgação do Estatuto da Terra; depois, como segundo momento a renovação com o sindicalismo orientado e a sincronização do sindicalismo com o sistema previdenciário e sanitário, no caso rural a implantação desses sistemas através do Funrural. Para Porto-Gonçalves a Ditadura Militar negou

o campesinato e demais trabalhadores rurais, sobretudo com a enorme repressão às Ligas Camponesas e aos sindicalistas, instituirá políticas públicas explicitamente para a reforma agrária, como o Estatuto da Terra, que cria o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, assim como manterá o reconhecimento legal da Contag e dos sindicatos de trabalhadores rurais, ainda que sob controle político e expurgado das ‘ideologias espúrias’, leia-se, as que não comungavam com o golpe e com o anticomunismo (2005, p. 11)

Articulado com esse sindicalismo rural após o golpe civil-militar; também se vê a mudança do modelo econômico brasileiro para a formação de um Complexo Agroindustrial, através da argumentação do problema da fome, sendo que para o governo militar a questão era técnica e de produtividade. Esse novo modelo era apoiado pelos grandes proprietários de terras que estavam preocupados com as tensões no campo citadas anteriormente. Assim, surge a famosa Revolução Verde ou modernização do campo, compreendendo-se que a revolução ou a modernização gerou um salto nos parâmetros de produtividade, incorporação do capital e avanços nos processos técnicos de produção. Liderada pelo Estado, percebe-se que a articulação pela modernização é um modo também de controlar e harmonizar a relação rural e industrial.

Para Alves o modelo vencedor de 1964, isto é, o modelo ditatorial civil-militar, abortou a ideia de reforma agrária como as Ligas e os camponeses pensavam. Bem como a agricultura passou a ter um novo papel a de “absorvedora de parte da produção industrial e produtora de insumos industriais a ser processado pelo próprio setor industrial” (1991, p.4). Por consequência, para Furstnau “a modernização da agricultura, implementada através da absorção de máquinas e insumos modernos produzidos no setor industrial nacional, levaria a um aumento de produção e de produtividade no setor agrícola” (1987, p.141).

Pensando na possibilidade da implementação dessa ideia de modernizar o campo, surge a Política Nacional de Crédito Rural implementada em 1965, a qual foi outro meio do Estado agir diretamente no meio rural e possibilitar que o produtor rural tivesse uma maior produtividade e produção. No entanto, essa política do crédito rural “além dos juros cobrados terem estado sistematicamente abaixo da inflação, caracterizando subsídio direto, não havia um sistema de controle da aplicação do crédito muito rígido, o que permitiu uma grande sangria de recursos para outros setores da economia (ALVES, 1991, p.6). O autor continua dizendo que é nessa estrutura de produção agrícola e a implementação do crédito rural que fez surgir uma dicotomia no campo, fazendo com que algumas propriedades não se encaixassem nesse processo. De um lado percebe-se:

as maiores propriedades, que ocuparão as melhores terras e terão acesso ao crédito subsidiado. O acesso ao crédito é dado à grandes propriedades que

produzirão determinadas culturas e produtos utilizando determinadas práticas impostas pelo pacote tecnológico prescrito no crédito. Trata-se de uma ação de crédito casada com determinadas culturas e determinados processos produtivos, que requerem a utilização de determinados insumos. Serão estes produtores que, preferencialmente, terão acesso à pesquisa, à e à assistência técnica para a produzirem produtos agroindústria (ALVES, 1991, p.21)

Do outro lado, muitas vezes fora desse processo de industrialização,

estarão as pequenas propriedades e os produtores menos capitalizados, que ocuparão, as terras menos férteis, utilizando-se de práticas tradicionais e mão de obra familiar. Será nestas unidades produtivas que se concentrará a produção de produtos destinados ao consumo dos trabalhadores urbanos, e por conta disto serão pior remunerados (ALVES, 1991, p.22)

Nessa perspectiva, Teixeira cita que a “modernização da agricultura segue os moldes capitalistas e tende a beneficiar apenas determinados produtos e produtores, tendendo a fortalecer a monocultura” (2005, p.22). Em consonância ao Estado e a modernização imposta por ele, a qual Alves chama “de perverso ou conservador, devido às características que ele assume em relação à concentração fundiária, ao êxodo rural, a superexploração dos empregados e à concentração da renda” (1991, p.7) a CONTAG e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais são amplamente desfavoráveis à contestação e crítica, visto que quem estava à frente dessas entidades são neutralizadores das ações do campo.

A CONTAG no período da modernização imposta pelo governo ditatorial, pautou, como principais bandeiras a reforma agrária, definida pelo Estatuto da Terra, e os direitos trabalhistas, através de uma chamada “ação sindical marcado por uma certa prudência e pelo respeito aos limites dados pela lei” (FAVARETO, 2006, p.31), além de “a formatação de um modelo organizativo altamente verticalizado e rígido” (FAVARETO, 2006, p.31). Isto é, a CONTAG não infringia as leis, além de centralizar todos os sindicatos rurais, não havendo outra representação nacional que não fosse a da CONTAG. Era a Confederação que decidia as ações e a forma que seriam feitas as atividades das entidades filiadas a ela, fazendo assim com que houvesse uma acomodação do sindicalismo rural no final da década de 1960. Para Tedesco e Carini, a CONTAG “caiu no imobilismo, acoplada aos programas de assistência pública ao trabalhador rural-Funrural, criado em 1963- em torno de aposentadorias pensões, auxílio-doença, assistência médica e odontológica, pensão de morte, auxílio funeral etc” (2007, p.26).

Em resumo, a década de 1960 é marcada pelo surgimento do sindicalismo rural voltado aos trabalhadores rurais, enquanto conjuntamente a Igreja Católica e o Estado agem de modo a centralizar, fiscalizar e coibir a atuação desses sindicatos e da CONTAG

Para Favareto o Estado na década de 1960 “ tornava-se assim, a um só tempo, repressor dos conflitos e indutor e regulador do processo de modernização” (2006, p 30).

1.2 FRENTE AGRÁRIA GAÚCHA E OS TRABALHADORES RURAIS: O RIO GRANDE DO SUL DO MUNDO RURAL

O século XX é marcado pelas organizações do campo. No caso do Rio Grande do Sul um dos exemplos importantes são as associações rurais, as quais ganharam muita força no final da década de 20, conseguindo, inclusive, uma Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL). Além da associação, até a década de 1950 o meio rural, é marcado por diversas entidades, podendo ser as Associações, as Uniões, os Sindicatos agrícolas ou de um produto específico e as cooperativas, as quais têm por objetivo organizar e fomentar o debate do mundo rural, focando principalmente nos proprietários com maior número de hectares.

No entanto, é a partir da década de 1950 e os primeiros anos de 1960, que igualmente à conjuntura nacional, ocorre uma crise econômica geral, que leva ao esgotamento do modelo tradicional de exploração da terra e de uma estagnação da economia gaúcha fazendo assim com que as reivindicações no campo se acentuassem, propondo projetos de mudança na agricultura, fazendo surgir o Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), a Frente Agrária Gaúcha (FAG) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais. O acirramento dos conflitos no mundo rural foi marcado também pela questão da reforma agrária e a necessidade de as instituições públicas olharem para o pequeno produtor rural, bem como os “sem-terra”. Existindo assim duas forças potentes no mundo rural, as quais do seu modo tentavam superar os problemas do campo, sendo eles,

a oferta de trabalho urbano permanecia reduzida, a crise do trigo gerada, em maior peso, pelas importações desenfreadas e a custo baixo e as exigências modernizantes em torno da cultura da soja, as quais não levavam em conta a situação de precariedade dos pequenos produtores na região; sem esquecer, também, que a região do Médio Alto Uruguai tinha se tornado terra de passagem da migração intensa de colonos, nos anos de 1950, para o meio Oeste de Santa Catarina, fator esse que promovia intercâmbio, contatos, organizações em torno da questão fundiária, das reservas indígenas e florestais no entorno desse espaço (TEDESCO; CARINI, 2007, p.47)

A primeira força a se consolidar no Rio Grande do Sul foi o Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), sendo uma iniciativa de lideranças vinculadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) gaúcho, e com o apoio do então governador Leonel Brizola tendo como objetivo o “rompimento da

exclusão política a que estava submetido o campesinato brasileiro” (NORA, 2002, p.9). O Movimento se consolidou após a tentativa de retomada de uma área da região de Encruzilhada do Sul, através da formação de núcleo, embasando-se na legislação do estado, a qual tinha como objetivo combater a propriedade improdutiva, por meio da tributação especial ou mediante a desapropriação. O Master

foi institucionalizado de cima para baixo por intermédio de alguns proprietários modernos e intelectuais das fileiras do PTB, sensíveis em relação à questão agrária do Estado, principalmente em torno das pressões e das organizações ainda incipientes de um contingente imenso de pequenos agricultores, arrendatários, assalariados rurais, dentre outros (TEDESCO; CARINI, 2007, p.54)

A importância do Master também se deu pela aliança do movimento com o PTB e principalmente com o governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (1959-1963), que reconhece essas ações e adota uma política eleitoreira focada no campo, propondo a constituição do Grupo de Trabalho 14, que tinham como objetivo estudar a possibilidade de reforma agrária no Rio Grande do Sul. É também nessa conjuntura que se cria o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), o qual:

tinha como objetivo, entre outros, o de estudar e sugerir ao Governo projetos, iniciativas, bases e diretrizes de uma política agrária para o Estado do Rio Grande do Sul; o de promover o acesso a terra e a propriedade dos agricultores sem terra – parceiros, arrendatários e assalariados rurais – e das populações egressas do meio rural (ECKERT, 1984, p. 86 apud NORA, 2002, p.55)

Em 1963, com a posse de Ildo Meneghetti e no ano seguinte com o golpe civil-militar, inicia-se uma fase de repressão ao movimento, através da anulação de grande parte das desapropriações. Ressalta-se que os acampamentos prosseguem acontecendo, mas todos sendo reprimidos, além de ocorrer diversas exonerações dentro do IGRA. Em 1964 com a estourada do governo militar, o Master acaba sendo cada vez mais enfraquecido até deixar de existir. Em acordo para Coronel, Ilha e Leonardi “indiscutivelmente, foram a falta de sintonia entre o movimento e o governo da época, Ildo Meneghetti, e, posteriormente, a ditadura, que praticamente expurgou os movimentos sociais” (2009, p.12) que fomentaram a decadência do Master, no entanto os escritores citam que:

vários fatores internos também favoreceram o declínio do movimento, destacando-se o fato de o movimento não ter se caracterizado como entidade autônoma; a ausência de projetos bem definidos de como deveria ser o processo de reforma agrária; e, por fim, a falta de um instituto que qualificasse, educacional e politicamente, o movimento (2009, p.12)

Em contraposição à Master, surge e se consolida a segunda força atuante no campo rio-grandense, a Igreja Católica e a Frente Agrária Gaúcha (FAG). É com essa força que se investe na formação de sindicatos legais, com o objetivo principal de organizar as

comunidades rurais e combater as ideologias comunistas oriundas das demais forças do campo. Para Tedesco e Carini “a FAG atuava em campos onde as demandas eram muitas e os serviços públicos precários” (2007, p.29), no caso do Rio Grande do Sul, durante a década de 1960, contava com um grande contingente de pequenos camponeses, agregados, arrendatários, assalariados rurais, onde a necessidade “de auxílios era premente, principalmente em torno de assistência médica, farmacêutica e odontológica. Os sindicatos vinculados à entidade supriam parte dessas carências e demandas para o camponês” (TEDESCO; CARINI, 2007, p.29).

Para melhor visualizar essa segunda força, o foco deste tópico, será analisada, no primeiro momento, a atuação da Igreja Católica no campo e, num segundo momento, será explorada a atuação da FAG propriamente. A Igreja Católica estava intrinsecamente ligada à vida do agricultor desde sua imigração até o atual período. Na década pesquisada percebe-se que o principal nome da hierarquia eclesiástica do estado era Dom Vicente Scherer. Dom Vicente era uma grande referência “em razão de seus escritos, de suas posições frente às questões sociais, em especial da questão da terra” (TEDESCO; CARINI, 2007, p.23). O Dom era conhecido pelo temor ao comunismo, o qual, para ele, “poderia estabelecer o caos e a desordem. E, principalmente, no caso da Reforma Agrária poderia se esconder o ‘dedo vermelho do Kremlin’” além de que, “os comunistas teriam como alvo de suas ações a juventude, os operários e, cada vez mais, os camponeses” (NORA, 2002, p.115).

Concordando com o que já foi citado, para Picolotto

os adversários são tidos como os “lobos vorazes” que se vestem como “peles de ovelhas” para enganar os indefesos agricultores, ao passo que recebem “recursos financeiros nacionais e “internacionais”. Era contra o perigo comunista que os católicos lutavam, para formar uma organização de representação dos agricultores que não estivesse a serviço da “revolução”, mas sim, guiada pelos princípios cristãos, atuasse na “promoção integral do homem do campo” (2011, p. 84)

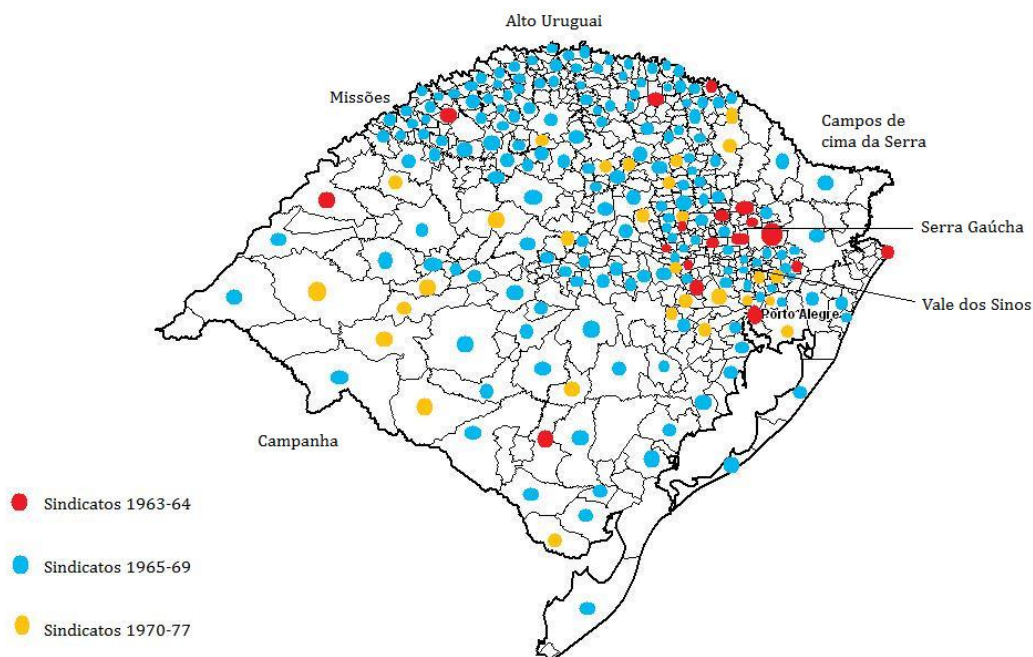
Salienta-se que a Igreja Católica “reconhecia a forte crise econômica e social do país no período e entendia ser a reforma agrária parte da solução dessa crise” (TEDESCO; CARINI, 2007, p.23) frisando sempre que essa reforma deveria ser em terras que não estariam cumprindo a sua função social, como cita a Constituição Federal. É importante frisar que, para Dom Scherer essa desapropriação das terras deveria ser a exceção e não a regra, “sem abalar a estrutura social” (PICOLOTTO, 2011, p.85). Ademais, a Igreja e posteriormente a FAG propunham o avanço técnico dos cultivos e criações como a solução para o problema da terra.

A FAG surge em 1961, sendo uma associação fundada por iniciativa dos bispos da Igreja Católica sustentada pelo pedido do Papa João XXIII, tendo por finalidade a “investigação e estudo acerca da questão agrária, formar líderes rurais, desenvolver a educação de base do agricultor, incentivar a sindicalização e cooperativização, dentre outras iniciativas de ordem cultural e assistencial dos assalariados rurais e agricultores” (ZANELLA, 2003, p.90). É importante frisar, que a FAG como representação sindical dos “assalariados e dos pequenos produtores, encarava a atuação sindical junto a esses camponeses como reguladora das relações entre as classes que possuem e dos que não possuem os meios de produção, limitando-se a atuar dentro da legislação vigente” (NORA, 2002, p.64), igualmente como ocorria na CONTAG, a FAG e os seus sindicatos filiados deveriam cumprir as leis sindicais propostas pelo Estado, sem ocasionar uma briga entre as classes sociais.

A rápida articulação da FAG ocorreu justamente por ela estar ligada a estrutura e à legitimidade “da Igreja Católica junto às comunidades rurais e contou também com apoio da Igreja Luterana entre os alemães luteranos” (PICOLOTTO, 2011, p.84). Além disso, ela se aproveitou das experiências anteriores da igreja, em relação às associações rurais, “para erguer uma organização de agricultores cristãos em nível estadual” (PICOLOTTO, 2011, p.84).

Seguindo a base do sindicalismo cristão, então, a estrutura da FAG era simples, “um Departamento Estadual coordenador do movimento de sindicalização; os Departamentos Diocesanos coordenadores das ações na Diocese; e os Departamentos Seccionais de atuação nas paróquias” (PICOLOTTO, 2011, p. 87), e conseguiu apenas entre os anos de 1963- 1974 fundar e organizar mais de 200 sindicatos dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul, como é apresentado abaixo:

Mapa 01- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais fundados pela FAG no RS entre 1963 e 1977.



Fonte: Picolotto (2011, p.88)

Percebe-se no gráfico que, a maior parte dos Sindicatos fundados pela FAG foram criados ainda na década de 1960, justamente para combater o Master que reivindicava e organizava o meio rural do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, percebe-se que o STR/PF, sindicato analisando nesse trabalho é criado ainda nesse período, no ano de 1962.

No período inicial da ditadura militar, a FAG e a Igreja Católica organizam a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RS (FETAG), que por mais que não tivessem a mesma função da FAG, acabavam se confundindo por ter a mesma influência política e ideológica subjacente. A partir de 1965, com o reconhecimento da FETAG RS pelo Estado as duas passam a ter uma diferença mais bruta

a partir do momento em que se iniciou o recolhimento do imposto sindical, a Federação pode alugar uma sede própria, liberar alguns membros da diretoria para as atividades sindicais e contratar funcionários. A FAG passou a tratar fundamentalmente do auxílio à fundação e reconhecimento de novos sindicatos e, a partir de 1968, a investir na educação rural e nos cursos de formação sindical (PICOLOTTO, 2011, p. 96).

Como relatado, a FAG durante o período militar, continua com o papel de investir na educação rural e nos cursos de formação, sendo que um dos objetivos dessas formações era a de modernização, para a qual:

era necessário preparar ideológica e politicamente através de cursos e palestras que propagassem os princípios destas propostas modernizantes. Desta forma, foi sugerida a criação de Escolas Agrícolas que, funcionando no meio rural, abrangeria o maior número possível de filhos de agricultores para propagar e desenvolver métodos e propostas no sentido da modernização (NORA, 2002, p.66).

A educação rural para os dirigentes sindicalistas e da FAG eram a base para a modernização do campo. Era a partir de um plano de educação elaborado pela FAG e pela FETAG, em consonância com o poder público, sindicatos e cooperativas que profissionalizariam cada vez mais o mundo rural. É nesse contexto que surgem os Institutos de Educação Rural com o objetivo de formar lideranças rurais e agricultores racionais, e as Escolas de Educação Familiar, onde os meninos estudavam como melhorar a produção e as meninas como ser donas de casa (PICOLOTTO, 2011, p.99).

Para Picolotto a FETAG também apoiou a modernização, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, através de ações como

apoio à publicação de materiais de divulgação de técnicas e máquinas modernas (principalmente através da Revista Rural 'O Tatu', editada pela Empresa Sul em Revista em parceria com a FETAG), debates e deliberações de congressos, ações de educação rural visando qualificar agricultores e seus filhos, realizações de encontros estaduais de produtores de determinadas culturas (como as Conferências Estaduais da Soja), até a contratação de técnicos agrícolas para trabalhar na assistência direta aos agricultores (2011, p.98).

Os técnicos agrícolas contratados tanto pela FETAG, quando pela CONTAG, tinham como objetivo seguir a "lógica de modernizar os cultivos e as criações, procurando racionalizar cada vez mais as formas de produzir e viver dos agricultores, rompendo seus laços com as formas mais tradicionais" (PICOLOTTO, 2011, p.99). No entanto, como visto no tópico anterior, a modernização foi de maneira desigual, inclusive no Rio Grande do Sul:

desigual porque privilegiou os grandes proprietários de terras; as culturas voltadas para o mercado externo; as regiões mais desenvolvidas do Centro-Sul; e atingiu apenas uma parcela de agricultores que tiveram crédito subsidiado (em torno de 20 a 25 %). E, de outro lado, promoveu a formação de um "complexo agroindustrial", constituído por um conjunto de empresas que produzem insumos modernos, máquinas, equipamentos, fertilizantes, defensivos, medicamentos veterinários etc. situadas a montante do setor agropecuário; e empresas que compram, transformam e comercializam a produção agrícola, antes de atingir o consumidor, situadas a jusante do setor (PICOLOTTO, 2011, p.100).

Todavia, no final da década de 1960 começa a ocorrer um afastamento progressivo das entidades, o que não significava falta de diálogo ou rompimento brusco, mas uma independência crescente das ações políticas. Para Tedesco e Carini, isso ocorre justamente pelo imobilismo das entidades frente às lutas do campo, surgindo cada vez mais uma oposição dentro da FAG e das entidades sindicais (2007, p.31). Era necessário um novo sindicalismo, para que colocasse os novos processos e as novas lutas sociais travadas pelos agentes do campo.

1.3 O NORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, A PROPRIEDADE E OS TRABALHADORES RURAIS

A região norte do estado sul-rio-grandense é marcada pelas duas forças citadas no tópico anterior, o Master e a Igreja Católica, por meio da FAG e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Além disso, frisa-se que essa região já era conhecida pela Comissão de Terras e Colonização e as associações rurais, destacando-se a de Passo Fundo como será debatido.

A Comissão de Terras e Colonização (CTC) foi o primeiro agente do campo, como um regularizador das terras compradas pelos imigrantes. Atuando desde de 1907, tinha por objetivo principal organizar as terras devolutas da região de Passo Fundo, sendo encarregada de estruturar e delinear a região norte do estado do Rio Grande do Sul. A CTC/PF foi a responsável durante os primeiros trinta anos do século XX pela venda e legalização da terra a imigrantes europeus que buscavam no RS terras para sua morada e cultivo.

Foi através desses primeiros imigrantes que surgiram as Associações Rurais no século XX. A associação rural presente na cidade de Passo Fundo começou suas atividades em 1926, mudando para Sindicato Rural apenas em 1965, por exigência do Ministério do Trabalho e Previdência Social, com a aprovação de Decreto-Lei nº 125.775/64 que determinava que todas as associações de categoria econômica deviam se tornar sindicatos. Segundo Picolotto, as Associações e posteriormente os Sindicatos Rurais, tinham como objetivo representar os interesses das entidades patronais (2011, p.71).

Em contrapartida ao Sindicato Rural e aos grandes proprietários surge, em Passo Fundo e região, na década de 1950, a reivindicação em torno da terra dos pequenos proprietários, os assalariados rurais e os sem-terra. Essa contestação referente à terra inicia justamente pelo esgotamento de território para os imigrantes e filhos destes que necessitavam de mais espaços para o cultivo, fazendo assim com que os camponeses adentrassem o Master, e posteriormente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região. Eles pediam para que o Estado cumprisse a lei de combate a propriedade improdutiva, visto que os grandes proprietários iam usurpando terras de pequenos posseiros, crescendo casa vez mais os seus latifúndios:

a partir de meados do século XX, grandes transformações socioeconômicas se deram na região norte do Rio Grande do Sul, marcadas, sobretudo, por um acentuado processo de rarefação de terras passíveis à ocupação e pelo corolário aumento da renda fundiária, tornando-se cada vez menos acessível a

apropriação de parcelas de terra pelas gerações descendentes de agricultura familiar (CAUME, 2006, p.111)

Ainda pensando no pequeno produtor, mas como oposição ao Master, a FAG em Passo Fundo e na região norte atuou fortemente, Tedesco e Carini (2007, p.29) citam que a FAG tinha uma grande força regional, capacidade de agregação e várias demandas dos pequenos produtores a serem atendidas pela entidade, sendo que a revelação dessa força se dá por dos jornais da época, bem como do Congresso da FAG regional de Passo Fundo, ocorrida em Tapejara no ano de 1962. Para Zanella, “ a atuação da entidade seguia o processo de fundação nos municípios de uma seccional, com a filiação dos pequenos proprietários” (2003, p.90), ele continua a “seccional dava suporte para a criação do sindicato dos pequenos proprietários ou do sindicato dos trabalhadores rurais, ou até mesmo dois, o que muitas vezes acontecia em uma mesma assembleia geral” (2003, p.90).

Assim, a organização das comunidades rurais, bem como as questões de terra foram fundamentais para a consolidação da FAG em Passo Fundo. Segundo Tedesco e Carini, existiam diversos conflitos na região fazendo com que fosse necessária uma intervenção “com muita força tanto em torno da Fazenda Sarandí, como em outras e, também, em especial nas reservas indígenas” (2007, p.30), sendo a igreja a que consegue ser essa interventora, justamente por não encontrar “tanta resistência no meio camponês, até porque em seu projeto agrário não estava a propriedade como elemento central e sim fatores, em torno de demandas até então precarizadas junto ao produtor rural” (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 30).

A FAG, com o apoio da FETAG, tinha como objetivo a modernização como visto anteriormente, no caso do Planalto Gaúcho as políticas de modernização tinham como objetivo promover as grandes mudanças no modo de produzir e de viver dos agricultores, “com destaque para a especialização produtiva (principalmente no binômio trigo-soja) e a modernização tecnológica das lavouras com o uso de maquinários, agroquímicos e sementes melhoradas” (PICOLOTTO, 2011, p.100).

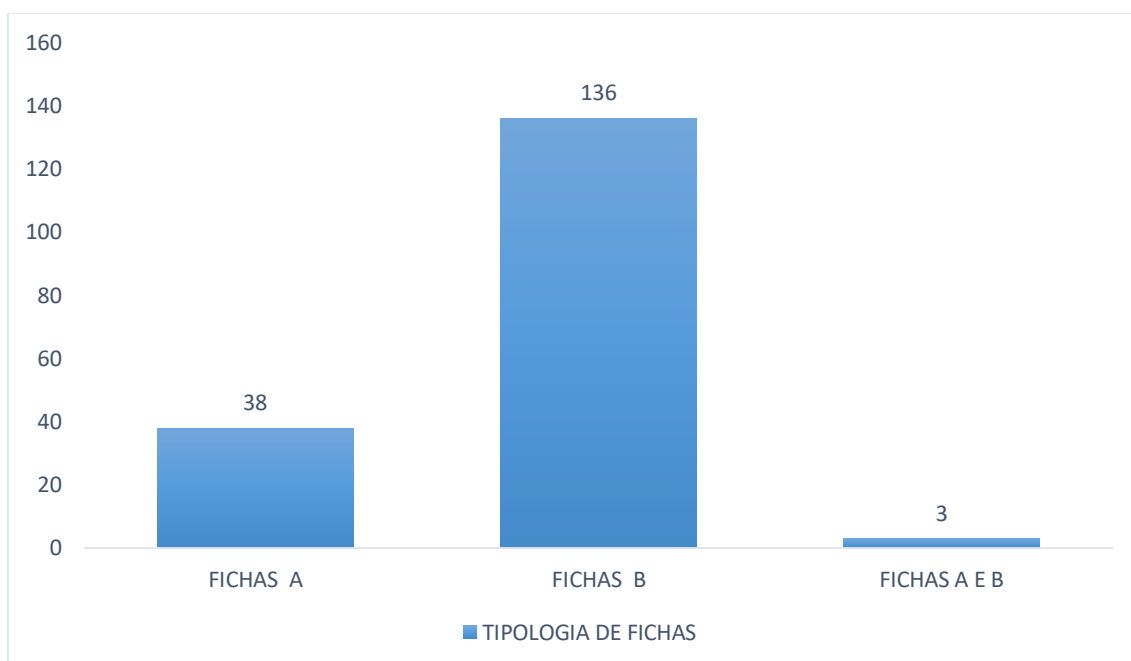
Através da FAG surge em Passo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo, o qual é o objeto de estudo deste trabalho. O STR/ PF surge em 1962, por meio de diversas reuniões, buscando a adesão de novos agricultores as ideias sindicais católicas, contendo a participação do Irmão Urbano Maximo, o qual representava a FAG nesta região. A região de Passo Fundo foi bastante receptiva por ser marcada por uma “maior intensidade da cultura do trigo, manifestou-se na região a figura do empregado rural, do meeiro/parceiro e do arrendatário (TEDESCO; SANDER, 2005, p.107), fazendo

com que esses trabalhadores rurais se opusessem a forma organizativa do Master, aproximando-se assim do STR/ PF e da FAG.

O STR/ PF na década de 1960 a 1970 participou ativamente da luta diária dos trabalhadores rurais de Passo Fundo, conseguindo mais de mil filiações naquele período, atuando em todos os distritos pertencentes ao município de Passo Fundo, os quais veremos mais precisamente no terceiro capítulo deste trabalho. Destaca-se que na região havia uma grande demanda dos pequenos proprietários rurais, os quais queriam que a sua produção de alimentos fosse mais rentável, isto é, que a cada plantio houvesse menos perda de produção e que cada vez mais se tivesse rentabilidade de produção e que a cada plantio houvesse mais produtos no mesmo espaço territorial. Além disso, desejavam que os implementos agrícolas pudessem auxiliar na produção, tendo cada vez mais implementos que facilitassem o cultivo. Por fim, um ponto de extrema relevância para os filiados e seus dependentes ao se filiarem ao STR/PF era a assistência médica. Era apenas desta maneira se conseguiria atendimento médico e odontológico de maneira mais barata.

Para este trabalho foi realizada a leitura de 177 fichas catalogadas do arquivo particular do STR/ PF, que significa 10% das fichas encontradas na sede. Estas são divididas em dois tipos: o A, é a primeira ficha entregue ao trabalhador rural ao pedir a filiação. Essas fichas em todos os casos encontrados foram de pessoas que não conseguiram sua filiação efetiva, por já ter algum tipo de benéfico ou por opção do próprio filiado; o B, são fichas de associados efetivos, tendo as características necessárias para a filiação; A e B, são os filiados que possuem as duas fichas.

Gráfico 1- Tipologia de fichas de filiados ao STR/PF



Fonte: elaborada pela autora, através dos dados fornecidos pelo STR/PF

Percebe-se que mais de 70% das fichas são de tipologia B, isso significa que as mesmas terão mais informações sobre os filiados e que grande parte dos trabalhadores rurais conseguiram se associar ao sindicato. Através dela conseguiremos reconhecer elementos identitários dos filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo, bem como a caracterização da propriedade desses sujeitos.

Nessa perspectiva metodológica, verificamos o assistencialismo presente na vida dos trabalhadores rurais, tal como a necessidade de implementos agrícolas para conseguir a modernização do campo imposta pela conjuntura nacional, a qual só foi possível pelo crédito rural e pelas escolas técnicas. Também, foi possível verificar como funcionava o STR/PF, compreendendo a atuação da CONTAG, da FAG e dos agentes rurais nacionais nas suas relações com o Município de Passo Fundo. No mais, veremos posteriormente, como essa atuação aprofundou as relações das entidades nacionais, estaduais e municipais com os pequenos produtores rurais de Passo Fundo.

2 OS FILIADOS AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PASSO FUNDO FUNDO (1962-1970)

Este segundo capítulo tem por objetivo analisar quem foram os associados rurais nos anos de 1962 a 1970, baseando-se nas fichas de filiação, caracterizando os primeiros sujeitos que se filiaram ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo (STR/PF) e as suas atividades econômico-políticas.

2.1 O PRODUTOR RURAL E O EMPREGADO RURAL: UMA SÓ REPRESENTAÇÃO

Como apresentado no primeiro capítulo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo (STR/PF) representava todos os pequenos proprietários de terra e assalariados rurais, os quais não se encaixavam na representação do Sindicato Rural, o qual era vinculado aos grandes proprietários de terra passo-fundenses. A ficha de filiação utilizada para a realização desta pesquisa, principalmente a de tipologia B, uma vez que possibilita caracterizar e contextualizar as condições dos filiados, apresenta que o STR dividia os seus associados em produtor ou empregado.

Figura 1- Ficha de filiação ao STR/PF tipo B.

Votou Eleitor
08-83

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PASSO FUNDO
Rua Coronel Pelegri, 418 - PASSO FUNDO - RS - Fone. 2228.18

CONDICÃO DO ASSOCIADO
Produtor Empregado

N.º MATRÍCULA DE ASSOCIADO 745

IDENTIFICAÇÃO ASSOCIADO

Associado Cooperativa N.º _____
Carteiras de Identidade N.º _____
Série N.º _____
Expedida em _____
Carteira Profissional N.º _____
Série N.º _____
Título Eleitoral N.º 7.053
Zona N.º _____

Vota Urna Sindicato N.º 20
Localizada em Santa Germa.
Inscr. Produtor 01/102.518
Em data de _____
INCRA _____
CPF 119.045.850 / 00
Carteira Reservista _____
Carteira Motorista N.º _____

VOTOU
IDENTIFICAÇÃO ELEITORAL
SIND. 1971 112.00
ELEIÇÃO
- 03/02/80 -

NOME ASSOCIADO ALBINO DARCNGH F.008
Nascido: 02/103/1918 Estado Civil CASADO 2009 Filho de
JOÃO B. DARCNGH e de JOANA DA. DARCNGH
Nome esposa: NAIR LAGO DARCNGH Nascida 30/07/1933
Filha de PAULO LAGO e de DOBOLINA JANICHT
Documento de Casamento N.º 588 fl. 4 Em PASSO FUNDO
Residência associado: SANTA GERMA Proximo a _____ Distrito de PASSO FUNDO
Data de Admissão em: 19 de MAR de 1963. Excluído em _____ Motivo _____

RELAÇÃO DOS DEPENDENTES									
N.º	NOME	Parentesco	Nascido	N.º Documento	Expedido em	Data expedido	Nome documento	N.º Cart. Benef.	
01	PAULO B. DARCNGH	FIHO	2605-58	38.220	Passo Fundo		Cert. Nasc.	7010	
02	SALLETE DARCNGH (Voz. solteira)	FIHA	19-09-62	47.125	idem		idem	7011	
03									
04									
05									
06									
07									
08									
09									
10									

MENSALIDADES					FUNDO DE ASSIST. MÉDICA					OUTROS				
Ano	Meses	Data Pagto.	N.º Recibo	Valor	Ano	Meses	Data Pagto.	N.º Recibo	Valor	Ano	Meses	Data Pagto.	N.º Recibo	Valor
1965	1 a 6			45,00	75	1 a 6			70,00	77	06 a 12	30.11.77	3266	130,00
1966	06 a 12	09/07/66	11508	42,00	75	06 a 12	21/07/75	12649	70,00	77	07 a 12	15/03/77	54509	131,50
1967	1 a 6	16/03/67	12242	65,00	76	01 a 06	16/01/76	13440	100,00	78	01 a 06	11/04/78	44505	14.400,00
1967	06 a 12	09/07/67	14254	65,00	76	06 a 12	09/07/76	13953	100,00	78	03 a 12	13/10/78	44734	13.500,00
1967	1 a 6	10/01/67	15043	100,00	77	1 a 6	10/01/77	14857	130,00	78	01 a 02	31/01/78	34850	3.000,00
1967	06 a 12	11/01/67	17761	90,00	77	06 a 12	11/01/77	14883	135,00	78	01 a 08	07/01/78	38368	5.000,00
1968	01 a 06	20/06/68	21406	130,00	78	01 a 06	15/07/78	17822	200,00	78	01 a 04	05/08/78	45845	8.000,00
1968	07 a 12	05/10/68	23014	80,00	78	07 a 12	03/03/78	23579	200,00	78	03 a 12	09/10/78	43349	3.000,00
1969	01 a 12	26/07/69	26858	450,00	78	01 a 12	30/08/78	26227	200,00	81	01 a 03	20/01/81	31850	500,00
1969	01 a 04	20/05/69	34599	440,00	78	01 a 04	05/10/78	23214	40,00					
80	04	10/20/80	28951	640,00	79	1 a 3	02/04/79	29930	200,00	80	01 a 12	26/09/80	36711	620,00
					79	05 a 12	26/09/79	37273	300,00					

Fonte: Arquivo particular do STR/PF

A discussão sobre STR, primeiramente é formada pela análise desses pequenos produtores e assalariados rurais. Para isso é necessário compreender quem eram os produtores rurais e os empregados rurais no período da década de 1960. Segundo Picolotto, é necessário destacar quais são as categorias sociais que predominavam entre o meio rural antes de analisar propriamente a construção do STR, para ele os meios subalternos do campo eram compostos pelos segmentos

de colono, descendente de imigrante e/ou pequeno proprietário; a de peão (assalariado rural) que congregava situações diversas de trabalho assalariado permanente, temporário e/ou ainda com remuneração através de gêneros alimentícios; os arrendatários de terras; os posseiros em terras públicas ou privadas; e os caboclos que mais do que vinculada a uma forma de trabalho, era uma categoria de recorte étnico-cultural usada para designar um grupo social miscigenado entre brancos, negros e índios, na relação geralmente com os colonos (2011, p.90)

Como pode-se perceber o pequeno produtor rural e o assalariado rural são sujeitos de uma menor classe social do campo, fazendo assim com que a FAG, articuladora do STR/PF, juntamente com a Igreja Católica buscassem capitalizar em sua organização, principalmente esse colono, o qual possuía uma pequena propriedade de terra e o peão, o empregado rural ou assalariado rural, por eles terem menores possibilidades de acesso a implementos agrícolas, ao estudo e ao atendimento médico-odontológico. Sendo assim, percebe-se uma maior facilidade e necessidade de organizar toda essa classe mais pobre do meio rural.

Nota-se que, a década de 1960 na região de Passo Fundo houve uma “evolução de uma espécie de capitalismo rural, ou melhor, de expansão de categorias do sistema econômico capitalista para o meio rural através de processos modernizantes, seletivos, de concentração fundiária, [...], assalariamento e formas pretéritas de relações de trabalho” (TEDESCO; CARINI, 2007, p.44). Em síntese a FAG e o STR/PF propõem a continuação do sistema capitalista, através do auxílio às classes mais pobres desse sistema.

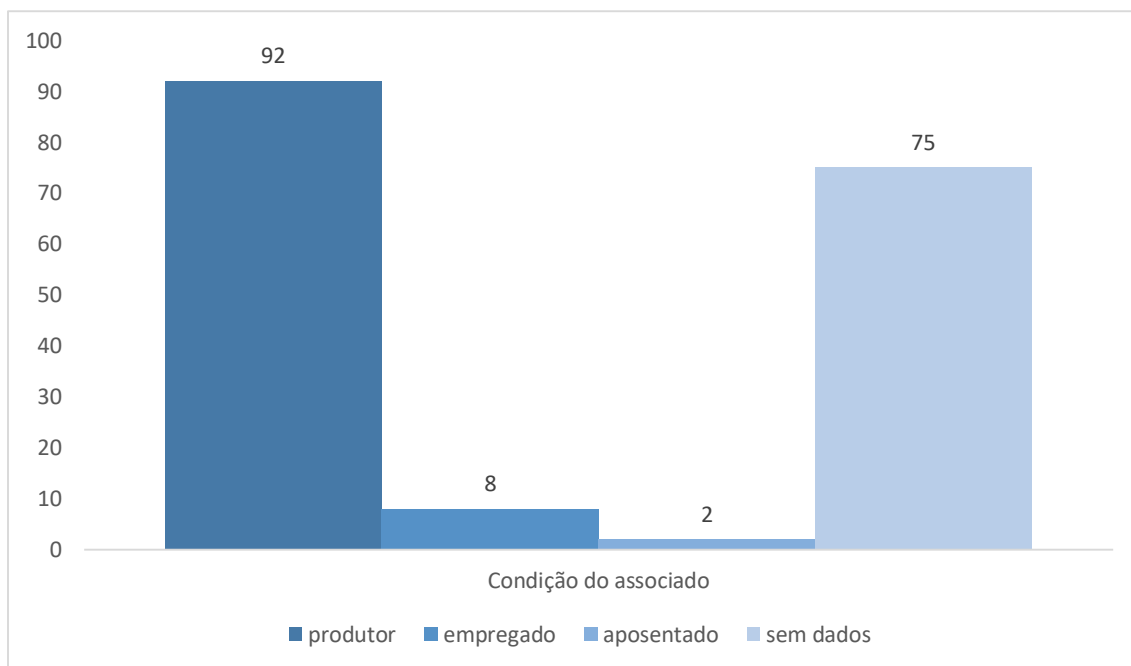
Salienta-se que para o STR, o produtor rural é todo aquele que possui a propriedade da terra seja através da posse, do arrendamento ou da parceira. Por conta disso, é necessário assimilar que, o pequeno produtor rural ou o camponês entende-se todo aquele que produz o alimento para a sua subsistência imediata e o excedente, sob a forma de mercadoria, através da comercialização (OLIVEIRA, 2007, p.40), sendo que dentro do sistema capitalista ele não cumpre o mesmo papel do capitalista, nem possui a mesma conotação de propriedade privada, “ a propriedade não é a privada capitalista como se conhece na cidade - tem-se a casa cercada e o trabalho fora dela” (SOUSA;

CONCEIÇÃO, 2010, p. 66), isto é, para as autoras no meio rural, a terra e o trabalho não se separam, uma interdepende da outra.

Já o empregado rural, ou assalariado, surge durante o período de capitalização do meio rural através da proletarização rural, para que Tedesco e Carini citam que ao esgotamento das terras da região norte do Rio Grande do Sul passaram a visualizar “no horizonte das migrações para cidades, para espaços de outros estados ou permanecer no meio rural como agregados, diaristas, pequenos arrendatários, assalariado temporário e/ou permanente” (2007, p.45). Sendo assim, ao permanecer no campo esse empregado rural não possui os instrumentos de trabalho vendendo sua força de trabalho para alguém que possui os instrumentos de trabalho, adentrando assim o sistema capitalista, o trabalhador “para trabalhar, terá que vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos” (SOUSA; CONCEIÇÃO, 2010, p. 69).

Salienta-se que diferente do trabalhador urbano, em grande parte dos casos, o trabalhador do meio rural ele vem justamente pela capitalização da terra, isso é, os grandes proprietários vão comprando cada vez mais terra de camponeses, ou pequenos proprietários de terra, que não conseguem se manter, principalmente nos períodos de crise de produção, fazendo com que houvesse “a alienação da terra como propriedade privada de alguns poucos donos que passam a cobrar uma renda para conceder seu uso” (DUARTE; LUSA, 2014, p.06) ou “passe a constituir os meios de produção fundamental para a acumulação capitalista no campo a partir da exploração do trabalho” (DUARTE; LUSA, 2014, p.06).

Para analisar quem eram os filiados na década de 1960 do STR/PF, serão analisadas as 177 fichas, as quais contêm os dados da condição dos associados, dividido em três categorias: produtor rural, assalariado rural e aposentado rural, como se percebe abaixo:

Gráfico 2- Condição do associado de 1962-1970 do STR/PF

Fonte: elaboração da autora, através dos dados fornecidos pelo STR/PF

O espaço sem dados é referente à aquelas fichas de tipologia A que tentaram se filiar ao sindicato, mas já possuíam algum outro benefício ou as fichas que não deixam claro como era a sua participação no sindicato, além de fichas que não estão marcadas quanto a condição do associado na entidade, bem como não têm informações suficientes para sanar a incerteza. Percebe-se que a primeira década do STR/PF foi marcada por ter um foco na filiação de produtores rurais, visto que era neles que se encontrava uma maior abertura de contato pela Igreja Católica e pela FAG na cidade. Percebe-se que 92 filiados, do número de 177 fichas do STR entre os anos de 1962 a 1970 utilizadas para a amostragem, eram pequenos produtores rurais, isto é, possuíam a terra e cultivavam ela. Por isso, apenas 8 filiados da amostragem de dados eram empregados ou assalariados rurais, isto é, trabalhavam no meio rural, mas não necessariamente possuíam a terra.

Desses 92 filiados pequenos produtores rurais existiam os que eram proprietários, os arrendadores, os arrendatários e os parceiros; 68 fichas apresentam que o produtor rural é também proprietário rural, isto é, ele possui a terra, a qual não é dividida com outros produtores, e nessa terra produz alguma atividade agropecuária; 10 fichas apresentam que o produtor é arrendador, fazendo com que este ceda o imóvel rural em arrendamento para algum outro produtor, através de aluguéis; 12 fichas são de arrendatário, o qual ao contrário do arrendador, é aquele que recebe um arrendamento de terra/ aluga um terreno; 2 fichas são de parceiros, este diferentemente do arrendador, ambos cuidavam da terra ao mesmo tempo.

Para melhor análise do sujeito filiado ao STR/PF abaixo cita-se dois casos:

Quadro 01- Produtor rural e assalariado rural: suas particularidades.

Nº da ficha	Condição do associado	Observação
1126	Produtor	Pagou em dia suas contribuições até 1980, tendo três dependentes ao STR, sendo parceiro de 20 hectares de terra, com 15 exploráveis, onde plantava milho, soja, arroz, trigo e feijão, tinha alguns animais como bovino, equino e ovino. Em seu nome consta uma casa de madeira, galpão, carroça e arado.
552	Empregado	Pagou em dia suas contribuições até 1979, tendo um dependente, empregado de Etelvino Augustin, recebendo um valor de 1300 mensal (dinheiro da época); nenhum tipo de criação e cultura. Em seu nome consta apenas a sua moradia.

Fonte: elaboração da autora, através dos dados fornecidos pelo STR/PF

Compreende-se que, tanto o pequeno produtor como o empregado rural pagavam as suas contribuições em dia e de mesmo valor, mesmo que não se recebessem um valor igual mensalmente. Percebe-se que o produtor tem uma pequena propriedade de terra em parceria, o qual planta produtos para a sua subsistência ou para a venda local, tendo algumas criações que, provavelmente, eram utilizadas para o seu consumo, o de sua parceria e o restante para a venda na região de Passo Fundo. Como implementos agrícolas nota-se apenas a carroça e arado, não tendo assim um grande implemento agrícola, como relatado anteriormente, vistas as condições desse filiado. Como debatido, os implementos agrícolas de grande relevância foram mais efetivos para os grandes proprietários de terra.

O empregado apresentado no quadro, pagava suas contribuições em dia, justamente pelo que foi abordado antes da necessidade de atendimento médico-odontológico proveniente desses pagamentos. Além disso, o mesmo recebe um valor fixo, não tendo nenhum tipo de criação e cultura, sendo assim, pode-se compreender que o foco desse empregado rural no STR/PF era de justamente conseguir com que ele, e seus

dependentes tivessem condições de ter atendimento odontológico, médico e aposentadoria.

Em síntese, percebe-se que o STR/PF, juntamente com a Igreja Católica e a FAG tinham por objetivo na década de 1960 sindicalizar o pequeno proprietário de terra e o assalariado rural, deixando a organização dos grandes proprietários de terra vinculada ao Sindicato Rural. Os pequenos agentes do meio rural encontravam nessa entidade um meio de organização, procura dos seus direitos e de assistencialismo, através de atendimento médico, auxílio no estudo de seus filhos e na modernização da agricultura.

Percebe-se que o pequeno produtor rural e o empregado rural terão finalidades diferentes ao entrar no sindicato. O pequeno produtor rural foi o mais procurado na década de 1960 para ingressar ao STR/PF, justamente por ter uma aproximação já com a Igreja Católica, e procura na entidade a modernização de suas colheitas, bem como os seus direitos previstos no Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. Já o assalariado rural/empregado procura a entidade para de fato ter alguma representação e assistência, tendo menos filiados no período inicial de fixação do sindicato em Passo Fundo. No STR/PF esses agentes do campo encontram o que precisam, e em contrapartida, o sindicato e suas entidades gerais tiram esses agentes da movimentação contestatória do campo e ajudam para que o capitalismo rural permaneça existindo.

2.2 O SUJEITO FILIADO: QUEM É?

Como visto os filiados do STR/PF eram divididos em pequenos produtores rurais e empregados rurais, no entanto, para uma melhor compreensão de quem era esse sujeito filiado é necessário analisar o seu núcleo familiar, pois como visto anteriormente, ao se filiar ao sindicato, o sujeito também dava condições melhores para a sua família.

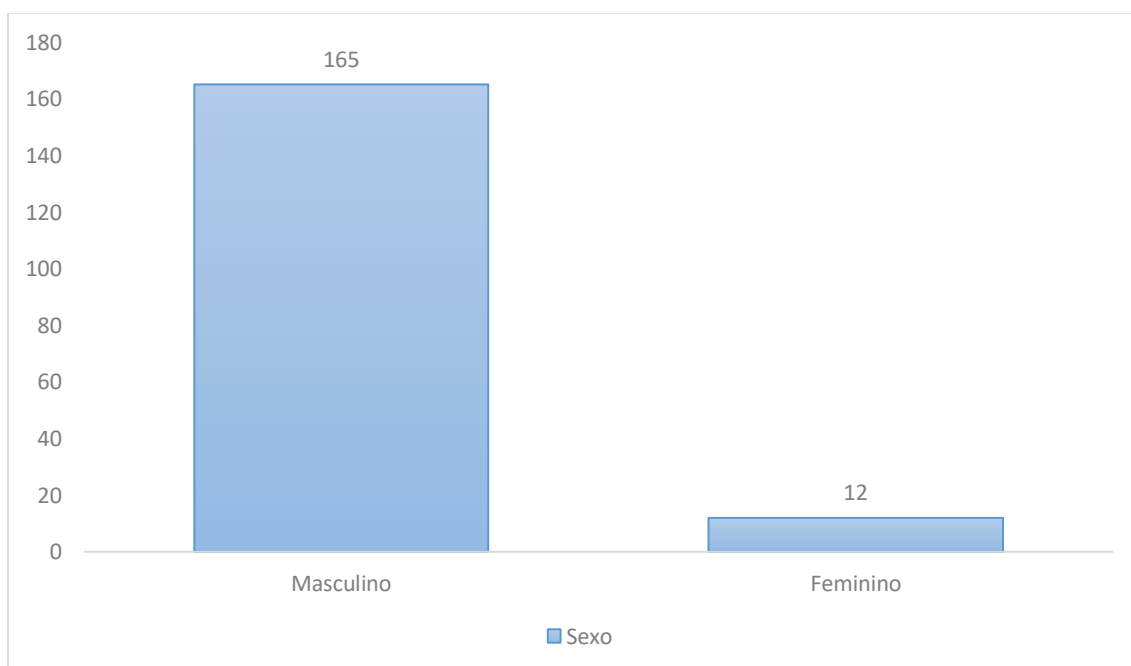
Primeiramente, é relevante investigar qual sexo é mais presente no sindicato, pois assim melhor se compreenderão as relações sociais daquele período e a construção das dependências familiares no sindicato. Salienta-se que, esta pesquisa não tem por objetivo uma análise profunda das relações de gênero na sociedade daquele período. No entanto, ao contextualizar o filiado, a relação feminino e masculino estará presente. Percebe-se que a CONTAG, bem como os sindicatos próximos dela, na década de 1960, não tinham uma participação efetiva das mulheres, as mesmas participavam pela relação matrimonial, ou seja, pelo vínculo do marido ou de seus pais, ou se sindicalizavam quando não possuíam nenhum membro do sexo masculino na sua família. Para essas mulheres nesse momento

a participação no movimento dos trabalhadores não era motivada por reivindicações específicas de sua condição de mulher, mas integrava o conjunto de lutas de sua categoria social contra a exploração ou contra a expropriação. Nesse momento, as distinções de gênero não importavam. O que mobilizava era o reconhecimento de pertencer a determinada categoria social e política, que atribuía indistintamente a homens e mulheres uma única identidade coletiva (CARNEIRO, 1987, p.12)

Nota-se que, a CONTAG e os STRs não tinham nenhum impeditivo legal de filiarem mulheres a sua categoria. No entanto, “diversas diretorias se colocavam contra e impediam, de muitas maneiras, a associação de mulheres” (CARNEIRO, 1987, p.13). Sendo que por conta disso foi aprovado “pelo IV Congresso da Contag de um documento qualificando a mulher como trabalhadora rural e estabelecendo formas de pagamento de mensalidade que não prejudicassem a renda familiar - um dos argumentos utilizados por aqueles que se colocavam contra a filiação feminina” (CARNEIRO, 1987, p.13). Salienta-se que essa articulação com as mulheres, bem como as lutas femininas, vão estourar mais precisamente na década de 1980, justamente no período de redemocratização e de ampliação das lutas das mulheres no Brasil como um todo.

No caso do STR/PF, sindicato analisado neste trabalho, percebe-se um número bem distinto entre homens e mulheres, como disposto no gráfico abaixo, mais de 93% dos filiados na amostragem da década de 1960 são do sexo masculino, enquanto apenas 6% corresponde a mulheres.

Gráfico 3- Sexo dos filiados de 1962-1970 do STR/PF



Fonte: elaborada pela autora, através dos dados fornecidos pelo STR/PF

Entre essas mulheres, vale destacar o que foi exposto acima e pode ser analisado nas fichas, das 12 catalogadas, 10 pertencem a mulheres viúvas e 2 a mulheres solteiras como veremos abaixo, isto é, as 12 mulheres sindicalizadas no período não tinham nenhum vínculo com homens no momento de sua filiação, inclusive pode-se analisar que em muitos casos antes do falecimento de seu marido, o mesmo era filiado ao STR/PF, sendo assim, a propriedade permanecia vinculada ao STR, através da filiação da viúva, como será apresentado abaixo:

Quadro 02- Figuras femininas no STR/PF em 1962-1970

Nº da ficha	Estado Civil	Observação
878	Viúva	Viúva de Alexandre Pol, que faleceu logo após a sua filiação ao STR/PF, permaneceu filiada, juntamente com os quatro dependentes do marido. Prosseguiu com 50 hectares de terra, as quais 35ha. eram exploráveis, pertencentes ao seu marido e algumas criações e implementos agrícolas.
1293	Solteira	Não possui muitos dados, apenas frisa-se que a mesma é aposentada, pagou suas mensalidades em dia, têm uma casa na parte urbana da cidade de Passo Fundo.

Fonte: elaboração da autora, através dos dados fornecidos pelo STR/PF

Provavelmente, ambas se filiaram justamente pelas assistências e auxílio dados pelo STR/PF. No primeiro caso, o da viúva, percebem-se quatro dependentes após a morte do marido, os quais de alguma forma ainda necessitavam de atendimentos que poderiam ser providenciados pelo sindicato. Além disso, para compreender o papel inerente ao do seu marido no sindicalismo, salienta-se que a mesma ao se filiar fica com o mesmo número de ficha utilizado pelo marido, como apresentado acima Alexandre Pol possuía o número de ficha 878 e, quando falece, sua esposa Amabilie Pol assume esse número e os dados presentes nele.

No segundo caso, apresenta-se uma mulher solteira e aposentada, a qual não possui dependentes, nem mora no meio rural enquanto sindicalizada, mas ao se aposentar permaneceu vinculada ao STR/PF pagando suas contribuições, supostamente, para ter uma velhice saudável com o auxílio dado pelo sindicato. Nota-se que, a aposentadoria

não era propriamente uma ação do STR, mas “o sindicalismo assumia para si a intermediação na concessão destes benefícios, com isso, foi possível ampliar a estrutura sindical e a sua legitimidade social enquanto organização de representação dos interesses dos trabalhadores rurais” (PICOLOTTO, 2011, p.112).

Outro ponto de grande destaque é a parte nuclear da família para a filiação ao sindicato, um caso de destaque presente na pesquisa foi o da família Rosso. A família mesmo sendo de parentes distantes, isto é, tios, avós e primos de avós, todos se filiaram ao STR/PF entre os anos de 1964 e 1965, residiam no mesmo distrito de São Roque, tendo seus filhos como dependentes familiares e trabalhavam na mesma área da família que ao todo compreendia 35ha. Percebe-se assim, que quando um dos familiares se filiava ao STR/PF a família, também o fazia. Frisa-se que por muitas vezes a importância de estar sindicalizado era justamente pela possibilidade de auxílio aos seus dependentes, seja através do fundo de assistência médica, pela possibilidade de descontos nas escolas particulares, ou convênios para exames médicos.

Em suma, os sindicatos dos trabalhadores rurais abarcavam para si as políticas assistenciais para que o filiado permanecesse na entidade, bem como para que os demais agentes locais do campo não assumissem essa bandeira para si. Mesmo que se perceba “que com a oferta de serviços assistenciais os sindicatos estavam se tornando órgãos de assistência paternalista, era forçoso reconhecer que esses serviços se tornavam de vital importância para os agricultores e para a vida dos sindicatos que prestam esses serviços” (PICOLOTTO, 2011, p.112). Em consonância, Heller da Silva propõem em sua tese que esta ideia assistencialista presente nos STR vieram justamente da sua criação pela Igreja Católica, e foi o principal foco dessa entidade durante o período da ditadura militar, “a ética cristã que prega a bondade, a caridade, a filantropia – ‘fazer o bem ao próximo’ – traduziu-se, assim, em linguagem sindical, na busca da ‘assistência’ ao campesinato” (2006, p.331), sem criar indivíduos com autonomia, mas sim que esses ficassem submetidos ao sindicato, a igreja e ao militarismo

mesmo que se reconheça estes avanços no que se refere à legislação, à criação de uma representação dos trabalhadores rurais e à oferta de serviços assistenciais através dos sindicatos, fica evidente que os trabalhadores rurais receberam a concessão de alguns direitos do Estado (fundamentalmente assistenciais), mas não adquiriram autonomia para construir e proporem seus próprios projetos políticos ou questões de maior porte. Foi aceita a sua organização em sindicatos desde que adequados aos padrões de enquadramento profissional estabelecidos pela legislação- pequenos produtores e assalariados rurais (PICOLOTTO, 2011, p.113)

Esse assistencialismo era concebido na entidade pelo pagamento do fundo de assistência médica, onde o filiado quitava uma parcela anualmente e ao realizar o

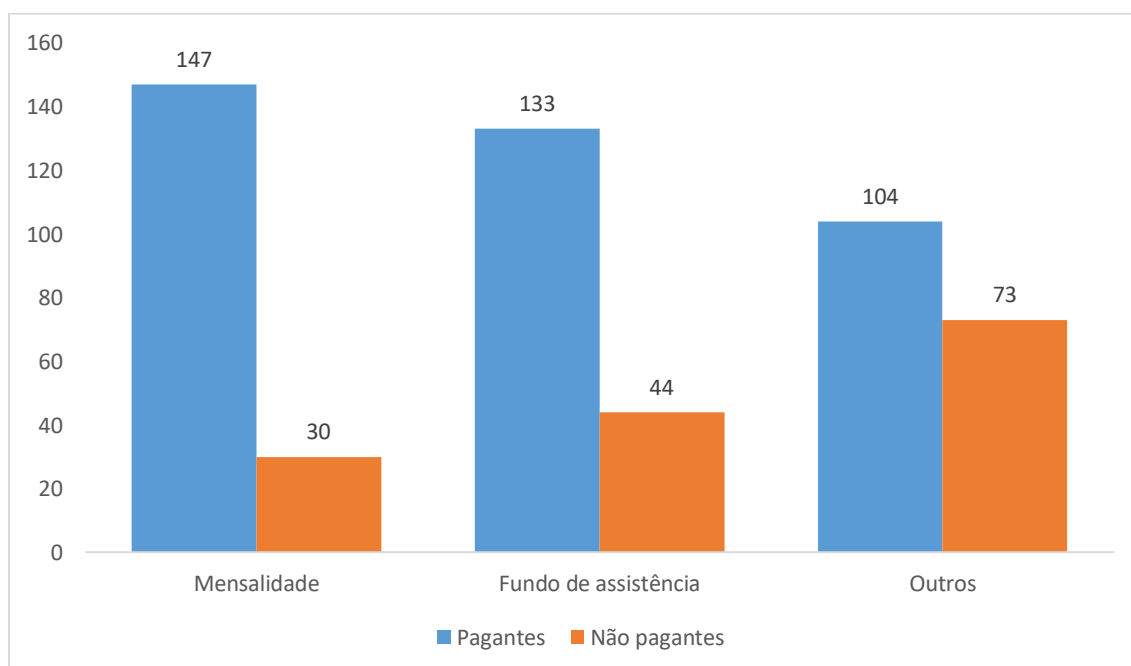
atendimento pagava um valor menor ao do atendimento normal, através dos convênios com médicos, dentistas e hospitais.

Nota-se assim que, o valor pago além do fundo de assistência médica anual era baixo, por isso grande parte dos pequenos produtores rurais de Passo Fundo procuravam o STR/PF para encontrar assistência médica. Dessa forma, o tópico abaixo apresenta esse fundo de assistência e a mensalidade paga pelos filiados à entidade e como isso auxiliou um grande número procurar a entidade, bem como a sustentá-la.

2.3 A SUSTENTAÇÃO ECONÔMICA E A ATIVIDADE SINDICAL

Nas fichas presentes no STR de Passo Fundo, percebe-se que havia três tipos de recurso recolhidos pelo sindicato: as mensalidades, para as quais na grande maioria não havia uma mudança significativa de valor, isto é, todos os contribuintes pagavam o mesmo valor, sendo eles referentes às categorias de pequeno produtor ou assalariado rural, independentes de quantos hectares tinham; o segundo recurso é o fundo de assistência, para o qual os filiados pagavam anualmente um valor e utilizavam entre eles e seus dependentes no futuro; e o terceiro recurso denominado outros, que era qualquer tipo de recolhimento que não adentrasse nas demais categorias. Por exemplo, um dos destaques foi o ano de 1977, onde grande parte dos filiados doaram quantias para a construção da sede nova do STR/PF. Abaixo temos o gráfico de pagamentos referentes aos filiados ao STR/PF:

Gráfico 4- Sustentação financeira do STR/PF (1962-1970)



Fonte: elaboração da autora, através dos dados fornecidos pelo STR/PF

Como visto no gráfico acima mais de 80% dos filiados ao STR/PF pagavam suas contribuições em dia, isto é, anualmente, eles depositavam a quantia estipulada pelo sindicato para a contribuição. Salienta-se que o valor mudava anualmente. Isso variava principalmente pelas condições financeiras da entidade, mas também, pela desvalorização da moeda. Nota-se que grande parte dos filiados pagavam o mesmo valor de mensalidade, mesmo tendo números diferentes de hectares em seu nome, bem como se for assalariado rural, que normalmente receberia menos que proprietários de 30 hectares, por exemplo.

Como relatado nos tópicos anteriores o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo (STR/PF), bem como todas as entidades vinculadas a ele, como a CONTAG, a FAG e demais sindicatos dos trabalhadores rurais do Brasil, cobravam mensalidades dos seus filiados para a sustentação das entidades. Desse modo, com a ajuda do dinheiro de contribuintes havia uma troca para auxiliar com questões médicas-odontológicas, previdenciárias e assistenciais

uma área de atuação do sindicalismo dos trabalhadores rurais que teve forte destaque nas décadas de 1960 e 70 foram os serviços assistenciais de previdência social e de saúde. Mesmo que estivesse em discussão a inclusão dos trabalhadores rurais nos serviços de assistência social desde a década de 1940 e que tivesse sido criado o Serviço Social Rural em 1955 (de alcance limitado), a inclusão efetiva do trabalhador rural na legislação previdenciários somente ocorreu em 1963, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural que previu criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (PICOLOTTO, 2011, p.110)

Em consonância, Verza diz que o sindicato dos trabalhadores rurais são instituições “jurídica e órgão de defesa das categorias de trabalhadores associados, ainda que burocratizado e corporativista, é mediador das atividades práticas, com seus diversos objetivos imediatos, compreendidas, no presente caso, como lutas por Assistência/Previdência e Política Agrícola” (1991, p.24), ao estudar o STR de Ijuí/RS, percebe-se

nas atas, nos relatórios de reuniões e encontros aparecem reivindicações atinentes ao atendimento médico-hospitalar, ambulatorial odontológico; bem como, as dificuldades apresentadas pelos trabalhadores de fazer frente aos custos desses serviços devido à carência de maiores recursos provenientes do poder público. Esses são precaríssimos. Aludem, outrossim, que, em casos de doença grave e prolongada, correm o risco de ter que se desfazer da terra (VERZA, 1991, p.29).

Como citado anteriormente, o assistencialismo não era apenas em um sindicato específico, mas sim em todos que eram vinculados a CONTAG ou a FAG., e era por meio do fundo de assistência, como já debatido anteriormente, que era arrecadado esse recurso para auxílio médico, principalmente. Como pode-se ver no gráfico anterior 75% dos

filiados pagavam essa assistência, justamente por entenderem a necessidade de um fundo e priorizarem ela ao entrar no sindicato.

Nos chamados “outros” se adentra todos os demais recursos capitalizados pelo sindicato que não fossem as mensalidades ou o fundo de assistência médica. As fichas em sua maioria não apresentam o motivo do pagamento, colocando doação ou outro aspecto amplo. Um dos exemplos que se pode citar é o caso da ficha 715 de Balduino Sidler, que pagou para o STR o imposto territorial, o qual provavelmente foi uma mediação, sendo repassado para o espaço responsável. Outro exemplo que adentra essa temática é a ficha 925, de Alsemo Ceolin, que em 1976 pagou o valor 350,00 Cruzeiros em multa, não especificando precisamente sob qual multa está falando. Frisa-se que a maioria dos casos apresentados no espaço outros era referente a uma doação destinada ao STR para a compra do espaço físico da entidade. Esse valor, diferente da mensalidade e do fundo de assistência era mutável, dependendo da quantidade disponível de dinheiro ou recursos de cada filiado.

Enfim, o filiado ao STR/PF da década de 1960, é aquele que não tinha nenhum vínculo com o Sindicato Rural por ser, justamente um pequeno produtor rural ou um o assalariado rural. Em sua grande maioria, compreende-se por homens, que adentravam ao STR/PF a procura da garantia dos seus direitos previstos no Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e de assistência médica-odontológica. Era através do pagamento de suas contribuições, como mensalidades e fundos, que eles garantiam a proximidade com sindicato e uma representação de seus interesses efetiva, além de descontos em atendimentos médicos, odontológicos e hospitalares. No próximo capítulo, será contextualizada a propriedade rural desse pequeno produtor do norte do estado do Rio Grande do Sul, filiado ao STR/PF, analisando sua localidade, tamanho, produção e implementos agrícolas.

3 A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NA DÉCADA DE 1960

O terceiro capítulo tem por finalidade identificar a pequena propriedade rural na cidade de Passo Fundo, sua localização e sua caracterização, compreendendo a função e a produção contida nesse local. Isto será feito analisando o que é uma pequena propriedade rural passo-fundense na década de 1960, além da propriedade ser caracterizada através das fichas dos filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo, interpretando quais eram suas particularidades, como criação, plantação e implementos agrícolas.

3.1 O QUE É PEQUENA PROPRIEDADE RURAL?

O norte do estado do Rio Grande do Sul sempre foi marcado pela pequena propriedade rural e na década de 1960 isso não é diferente. Segundo Mantelli, entre os anos de 1940 a 1996, “A metade norte possui mais de 75% dos estabelecimentos do Rio Grande do Sul. Além disso, do total de pequenas propriedades no estado, em torno de 80% situam-se nesta porção do Estado” (2009, p.8).

A ideia de uma propriedade começa a ocorrer ainda no século XIX, mais precisamente em 1850 com a promulgação da Lei de Terras, pela qual o Estado passa a ser mais presente ao estabelecer a ação regulamentadora da propriedade, isto é, passa a legitimar a terra devoluta que é comprada, não mais doada ou posse como era até então. Para a regulamentação dessa terra, criou-se a

repartição-Geral das Terras Públicas, órgão responsável por dirigir a medição, dividir e descrever as terras devolutas e prover sua conservação. Também era de competência da repartição propor ao governo quais terras devolutas deveriam ser reservadas à colonização indígena e à fundação de povoações, e quais deveriam ser vendidas, além de fiscalizar tal distribuição e promover a colonização nacional e estrangeira (MACHADO; FARIAS; SANTOS, 2013. p. 180).

Com o passar dos anos, principalmente com o século XX, o Rio Grande do Sul apresenta a necessidade de que a propriedade deve apresentar uma moradia habitual, bem como uma cultura para ser considerada de fato uma propriedade rural. Além do mais, segundo Machado, Farias e Santos, com a “implantação da República Rio Grandense, sobretudo na primeira década de 1900, a modernização do estado se valeu do aparato jurídico e do normativo para a racionalização capitalista e a manutenção do poder” (2013, p.185). Com essa racionalização capitalista intensificada a colonização do Rio Grande do Sul, trazendo para o estado, e principalmente para a região norte, a formação do

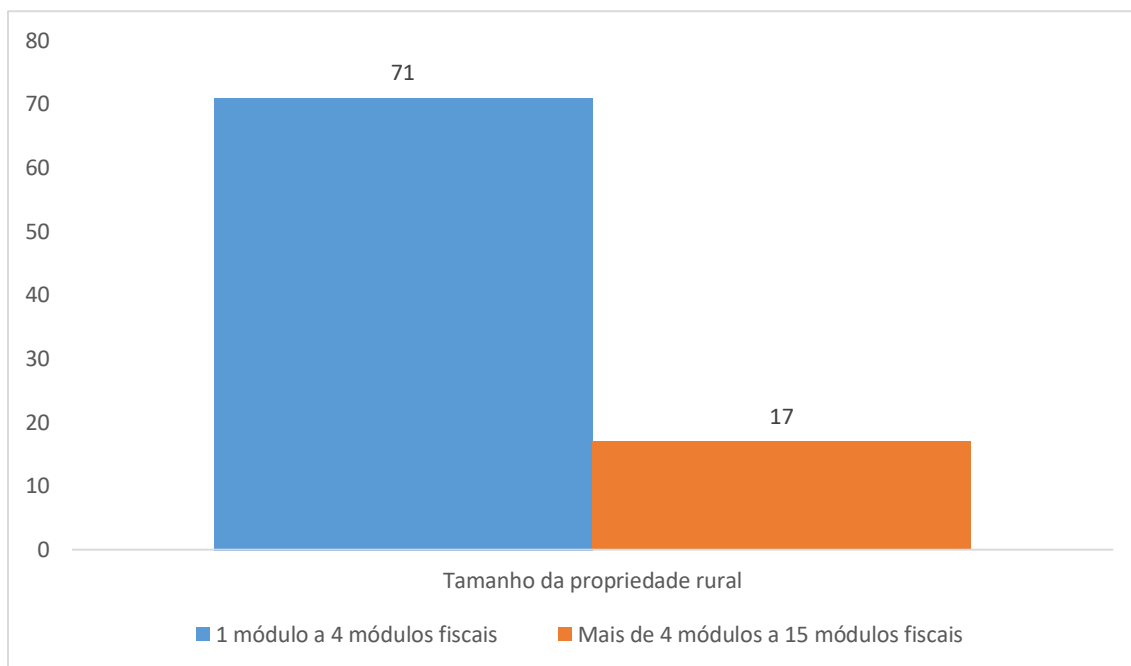
colono, que é um pequeno proprietário de terra da área rural, formando o meio rural dessa região.

Para Borges a propriedade rural é propriedade individuais e a “economia agrária adotou a continuidade do modelo do proprietário explorador de atividade econômica. A economia agrária centrou-se na figura da pessoa que exerce a atividade econômica e não na constituição de entidade ou sociedade empresária” (2019, p.251). Nessa perspectiva, frisa-se que no presente trabalho será abordada a propriedade particular individual, isto é, de uma pessoa física e sem conglomerados.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é considerada uma pequena propriedade rural aquele imóvel que contém entre 1 a 4 módulos fiscais, sendo que o valor do módulo muda para cada região do país⁴. No caso de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, o valor do módulo fiscal é de 16 hectares. Logo uma pequena propriedade rural nessa região possui entre 16 a 64 hectares. Além disso, é considerada uma média propriedade é aquela em que o imóvel rural contenha mais de 4 até 15 módulos fiscais, um minifúndio aquela que possui uma área inferior a 1 módulo e uma grande propriedade aquela que possui mais de 15 módulos fiscais. É importante ressaltar que, além de depender da região do país para mudar o número correspondente ao módulo, também se analisam as condições da propriedade, isto é, o quanto ela pode ser explorada, qual o tipo de agricultura, enfim, mudanças fundamentais para analisar uma pequena propriedade rural.

No gráfico abaixo é apresentado a propriedade rural dos filiados ao STR/PF entre os anos de 1962 a 1970. Contata-se, no entanto, que apenas 88 fichas da amostragem para este trabalho apresentaram qual era o tamanho de sua propriedade e suas particularidades.

⁴ Módulo rural é uma unidade de medida agrária, expressa em hectares, e que permite estabelecer uma comparação mais adequada entre os imóveis rurais, levando em consideração outros atributos do imóvel, além de sua dimensão. A classificação em módulo foi definida pela Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, sendo que a Tabela Índice Básico utilizada foi a de 2013. No entanto, a escolha foi feita pela falta de classificação das propriedades rurais correspondente ao período do estudo.

Gráfico 5- Tamanho da propriedade rural dos filiados ao STR/PF (1962-1970)

Fonte: elaboração da autora, através dos dados fornecidos pelo STR/PF

Evidencia-se que as 71 das 88 fichas da amostragem coletadas de propriedades rurais vinculadas ao STR, entre os anos de 1962 a 1970, são de pequenas propriedades rurais, isto é, com menos de 4 módulos fiscais ou menos de 64ha. Nelas a produção volta-se ao consumo do núcleo familiar e para abastecimento da região de Passo Fundo, como será visto posteriormente. Um caso comum encontrado é o de Antonio Lago, ficha número 1079, que além de possuir uma propriedade de 18ha., arrenda para o seu pai metade dessa propriedade. Como relatado anteriormente, grande parte dos filiados ao STR/PF possuíam parcerias, arrendamentos, ou eram vinculados aos seus familiares dentro da propriedade rural pertencente ao filiado.

Apenas 17 propriedades possuem o tamanho de uma média propriedade rural, isto é, entre 4 a 15 módulos fiscais, ou entre 64ha. a 240ha. Um caso de exceção encontrada, é de Benta Chaves Pereira, ficha número 664, proprietária rural de uma média propriedade de 120ha., desligada do STR/PF em 1978, pois além de ser associada ao Sindicato Rural, possuía empregados e uma grande produção não condizente com a filiação ao STR/PF. Percebe-se, no entanto, que Benta foi a única a ser desfiliação do STR por esse motivo, mesmo que outros proprietários de terra, principalmente de média propriedade, também, tivessem vínculos empregatícios e produções de larga escala. De maneira geral, não foram encontradas na amostragem da pesquisa fichas com filiados que tivessem propriedades consideradas minifúndios ou grandes propriedades, segundo o INCRA.

Além da compreensão do que é uma pequena propriedade rural na região norte do Rio Grande do Sul, é importante analisar onde estava localizada essa pequena propriedade rural dos filiados ao STR. Abaixo no Mapa 02, localiza-se os distritos do Município de Passo Fundo, em 1962 – 1970, compreendendo os distritos pertencentes ao município.

Mapa 02- Abrangência do Município de Passo Fundo 1962-1970



Fonte: STR/PF, elaboração de Alex Antônio Vanin

O STR/PF atendia todo o município de Passo Fundo, e entre os anos de 1962 a 1970 abrangia como distritos: Ametistas (Campo do Meio), Bela Vista, Ciriaco, Caxilha, Ernestina, Pulador, Rio Telha, Sertão, São João Bosco, São Roque e Trinta e Cinco. Salienta-se, que durante a década de 1960 os distritos vão se desmembrando, tornando-se municípios ou pertencentes a outros, como é o caso da criação de Ciriaco e David Canabarro, antigo distrito Trinta e Cinco; além da criação do município de Sertão com o território do antigo distrito de Sertão mais uma parte do distrito de Caxilha.

Evidencia-se na amostragem de fichas que a maioria dos filiados ao STR/PF estavam presentes no distrito de sede, Passo Fundo, com 109 residências/ residentes, seguido por Ernestina com 22, Bela Vista e São Roque, sendo que cada uma tinha 16 moradores filiados e com menor número em Ametistas e Pulador, ambos com 4 filiados residindo no distrito. Nesse sentido, percebe-se que um considerável número de filiados estava presente na sede do distrito, Passo Fundo, provavelmente por ser mais perto da sede da entidade; estar mais vinculada ao centro do município.

Nesse primeiro tópico do terceiro capítulo destacou-se o que é uma pequena propriedade de terra no norte do Rio Grande do Sul, e a localização das pequenas propriedades rurais da região de Passo Fundo, analisando quais os distritos possuíam mais filiados ao STR/PF, sendo que nos próximos itens será realizado a caracterização dessa pequena propriedade rural, bem como a produção rural dos filiados.

3.2 A CARACTERIZAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL DO PRODUTOR DE PASSO FUNDO

O pequeno produtor rural de Passo Fundo, por meio do STR/PF, buscou a modernização da sua propriedade, através de investimentos agrícolas e do estudo de técnicas para aproveitamento da plantação. No caso do Rio Grande do Sul dois fatores são considerados básicos para compreender o surgimento da indústria e dos implementos agrícolas, “o crescimento das lavouras de trigo e arroz no período de 1950-1960 e a implantação, em nível nacional, da indústria de tratores em 1960” (TEDESCO; SANDER, 2005, p.112).

Contudo, precisa-se frisar que os implementos dos pequenos proprietários de terra, principalmente, os filiados ao STR/PF, não eram implementos como os dos grandes proprietários da região, como apresentado no primeiro capítulo deste trabalho

a modernização da agricultura implementada na década de 1960 no estado do Rio Grande do Sul deu ênfase ao processo de concentração fundiária. Os altos investimentos no setor agropecuário favoreceram uma pequena parcela de grandes agricultores e empresários rurais, que tinham como objetivo expandir a produção de trigo e soja, aumentar as exportações e “modernizar” o campo, com a inserção de máquinas, implementos agrícolas, biotecnologias entre outros (ALVES; SILVEIRA, 2008, p.158).

Para auxiliar a modernização e a dita Revolução Verde imposta ao Brasil rural, surgem, principalmente na região norte e noroeste do Rio Grande do Sul, um complexo industrial de implementos agrícolas, o qual aparece para adaptar e realizar a manutenção adequada de equipamentos importados, além de se especializar “na fabricação de implementos agrícolas como arados, grades, plantadeiras, na época, equipamentos sem muita tecnologia embarcada e, muitas vezes, uma adaptação dos produtos importados” (ALVES; TEDESCO, 2016, p.267).

Nesse sentido, percebe-se abaixo que os implementos agrícolas dos pequenos produtores rurais, em sua maioria, são simples, com pouca inovação, diferentemente, dos médios e grandes proprietários de terra, os quais vão importar das empresas de grandes

implementos agrícolas, sendo no caso do município de Passo Fundo a Semeato, Stara, Jan, Max e Gihal.

Tabela 01- Implementos agrícolas dos filiados ao STR/PF (1962-1970)

Produção	Nº de propriedade
arado	42
carroça	28
grade	15
trator	12
semeadeira	9
trilhadeira	5
inchada	4
capinadeira	3
plantadeira	3
ceifadeira	2
rebocada	1
caiota	1
pulverizador	1

Fonte: elaboração da autora, através dos dados fornecidos pelo STR/PF

Percebe-se que os pequenos produtores rurais filiados ao SRT/PF possuíam poucos implementos agrícolas e implementos simples, sendo o arado, a carroça e a grade os mais utilizados. Nota-se, também, a dicotomia de tempos dos agricultores, enquanto poucos apresentavam pulverizador, ceifadeiras, plantadeiras e trilhadeiras, um grande número de produtores possuía implementos mais antigos, como é o caso do arado e da carroça. Assim, constata-se que enquanto alguns estavam utilizando mecanismos modernos e inovadores, outros estavam ainda com implementos da Idade Média.

Salienta-se que, por mais que o sindicato auxiliasse na compra de implementos a maioria dos filiados ainda buscava meios mais simples para sua produção. Nesse sentido, a agricultura do estado do Rio Grande do Sul optou por um processo de modernização em suas lavouras- principalmente nas grandes propriedade, aquelas que conseguiam arrendamento- “calcado na utilização de máquinas e implementos agrícolas e que esse processo se consolidou na expansão de formas capitalistas de produção, mescladas com formas pretéritas e familiares de pequenos camponeses, das lavouras de arroz, trigo e soja” (TEDESCO; SANDER, 2005, p.118 e 119), isto é, existiu uma modernização do

campo, mas essa forma ainda era auxiliada a uma forma mais antiga de produção, principalmente nas pequenas famílias rurais.

No caso dos pequenos produtores vinculados ao STR/PF, como citados acima, a modernização não veio efetivamente da compra de implementos agrícolas, como os grandes proprietários fizeram, mas sim de técnicas de aprimoramento. Nota-se que, apenas os proprietários de uma média propriedade conseguiram de fato implementos agrícolas mais modernos, como por exemplo, o caso do produtor rural Otamar Weler, ficha número 1036, o qual possuía 72ha. e apresentava como implemento agrícola um trator, um arado, uma grade, uma semeadeira e um pulverizador.

Em dessemelhança, Arlindo Cardoso Vargas, ficha número 119, abrangia uma pequena propriedade de 19,5ha, a qual arrendava metade com Raimundo Nickeman, e contava apenas com um arado para auxiliar sua produção. No caso do STR/PF, percebe-se que apenas as médias propriedades conseguiram adquirir implementos mais modernos e inovadores para a auxiliar e acelerar a produção, como é o caso dos exemplos citados acima.

Além dos implementos agrícolas, é importante destacar que os produtores rurais de Passo Fundo filiados ao STR/PF, tinham alguns bens imóveis. Na sua maioria possuíam casas de madeira de poucos metros quadrados, além de alguns bens como galpão, chiqueiro, potreiro e automóveis, apenas 88 das 177 fichas analisadas apresentam algum tipo de imóvel, como exposto abaixo:

Tabela 02- Bens imóveis dos filiados ao STR/PF (1962-1970)

Produção	Nº de propriedades
residência	86
galpão	71
chiqueiro	19
potreiro	19
automóvel	28

Fonte: elaboração da autora, através dos dados fornecidos pelo STR/PF

Percebe-se que apenas 71 dos 177 associados ao STR/PF, nos anos estudados, possuem galpão para armazenamento de sua produção. Além disso, os demais bens imóveis possuem pouca adesão dos filiados, sendo isso muito relacionado ao baixo número de criação de animais, bem como de pouco investimento que os pequenos produtores possuíam. Constata-se que, todos os casos encontrados de filiados que possuíam potreiro e chiqueiro em suas propriedades, eram pequenos produtores que

apresentavam uma pequena plantação, sendo o seu forte a criação de animais, seja de bovino leiteiro, bovino de corte ou suíno. Um caso para exemplificar é de Antonio Tauffer, ficha número 1087, o qual possuía apenas 28,7ha., sendo que 15ha. eram destinados para a plantação de milho, soja e trigo, e no restante do espaço o produtor possuía 8 bovinos de corte, 2 bovinos leiteiros, 12 suínos e 50 aves, sendo assim, continha uma pequena criação de animais. Sobre a questão de automóveis, todos que foram abarcados no estudo são de caminhonetes e fuscas.

Contudo, é relevante salientar que a chamada modernização efetiva deu-se com o surgimento dos “granjeiros, as cooperativas, as agroindústrias, os comerciantes urbanos, a população urbana, as modernidades do lar” (TEDESCO; SANDER, 2005, p.123) e os hábitos de convivência. Isto é, não se mudou a estrutura fundiária, a concentração de terra, e a saída do campo, mas sim as relações e a sociabilidade. O pequeno produtor rural filiado ao STR/PF, não modernizou a sua propriedade comprando máquinas e implementos agrícolas. Contudo, pode se dizer que modernizou as relações sociais existentes, através da relação de arrendamento, de comércio, de posse, enfim, da mudança social surgida na década de 1960, além de modernizar a propriedade através de novas técnicas agrícolas, como veremos no próximo tópico.

3.3 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E A CRIAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL DE PASSO FUNDO

A produção agrícola da pequena propriedade rural de Passo Fundo nos anos de 1962 a 1970 é marcada pela pouca produção de trigo, isso porque, o trigo já estava em um processo desvalorização em relação à década de 1950. A produção do trigo nos anos “de 1946 a 1955, a produção do trigo no estado cresceu 170%; a participação da produção interna no consumo aparente duplicou, representando 33% do total” (TEDESCO; SANDER, 2005, p.131), fazendo com que na década posterior já diminuísse a plantação, mesmo que ela ainda tivesse uma relevância. Salienta-se assim que, a década de 1960 cresce a produção de soja:

em 1960, explodiu a lavoura empresarial da soja, originando o binômio soja/trigo, estimulada por uma ampla gama de incentivos, estímulos fiscais e políticas de financiamento públicos. Com a implantação da indústria de maquinaria e insumos agrícolas em meados de 1960, originou-se o complexo agroindustrial, sendo que a cultura da soja possibilitou a difusão e ampliação de mercado de máquinas, principalmente nas grandes propriedades (BEUX; TEDESCO, 2005, p.115)

O binômio soja/trigo foi importante para esses pequenos produtores rurais, pois fez com que sempre existisse uma plantação, sendo assim sempre tivesse um rendimento, seja de dinheiro, seja de produção, além de realizar a rotação de cultura, uma técnica utilizada pelo pequeno produtor rural, fazendo com que houvesse uma modernização na técnica agrícola e nos estudos agrícolas e, por conseguinte, no plantio. Por exemplo, é o caso de Alziro Nichornan, ficha número 729, proprietário de 53ha, e plantava apenas soja e trigo, concluindo-se assim que conseguia um rendimento familiar o ano todo, e realizava a rotação de cultura.

A produção agrícola dos filiados ao STR/PF nos anos de 1962 a 1970 era, em sua maioria, para a subsistência e venda local. Como visualiza-se abaixo na tabela:

Tabela 03- Produção agrícola dos filiados ao STR/PF (1962-1970)

Produção	Nº de propriedade
milho	69
soja	71
trigo	36
arroz	21
feijão	8
mandioca	10
batata	4

Fonte: elaboração da autora, através dos dados fornecidos pelo STR/PF

Ao todo da amostragem, 79 fichas dos filiados ao STR/PF entre os anos de 1962-1970 apresentam a plantação dos mesmos, nessas propriedades se aponta uma diversidade na plantação, isto é, na grande maioria das propriedades que apresentam sua produção nota-se que o mesmo produtor possui uma plantação de milho e arroz, por exemplo a ficha 616, do produtor Alexandre Anesi, que possui uma propriedade de 26,4 ha e nela produz milho, soja, arroz e feijão. Provavelmente, a produção era destinada para a alimentação de sua família e o excedente para a venda na região de Passo Fundo. Outro caso para exemplificar, é de Augusto Garcia Leão, ficha número 1126, parceiro de 20 ha. com João Solto, ficha número 1058, que produziam feijão, trigo, arroz, soja e milho.

Em relação a criação de animais, percebe-se na tabela abaixo que poucos filiados tinham criações de animais entre os anos de 1962 a 1970, apenas 71 fichas apresentam alguma criação. Sendo que, na grande maioria dos casos os animais eram para a alimentação do produtor ou de seus familiares como será exposto:

Tabela 04- Criação de animais dos filiados ao STR/PF (1962-1970)

Criação	Nº de propriedade
Bovino	65
Aves	45
Suínos	52
Equinos	28
Ovino	4

Fonte: elaboração da autora, através dos dados fornecidos pelo STR/PF

A criação de animais era realizada pelos proprietários rurais que na grande maioria não produziam grande número de alimentos, ou não vendiam esses alimentos para o comércio local. Por exemplo é o caso do Sr. Alvino Fernandes, ficha número 24, o qual possui 22ha. de terra, e nela cria 3 bovino, 5 suínos, 1 equino e 30 aves. Alvino plantava em apenas 15ha. soja, milho e trigo, deixando grande parte de sua propriedade para a criação dos animais.

Em relação à criação é importante constar que desde a década de 1950 a região de Passo Fundo era composta por frigoríficos. Segundo Tedesco, Souza e Cecchet, existe “uma proliferação de frigoríficos bem como de refinarias de banha, representando esses, um grande poder de acumulação do capital comercial exportador de gênero agropecuários de origem colonial” (2005, p.279). Entretanto, “a oferta de produtos de origem animal, especialmente suínos, poderia ser facilmente encontrada no meio rural do município de Passo Fundo, no entanto, era insuficiente para abastecer os frigoríficos” (TEDESCO; SOUZA; CECCHET, 2005, p.280).

Nesse sentido, analisa-se que de fato há pouca criação de animais em relação aos filiados do STR/PF. No caso dos suínos, das 177 fichas da amostragem apenas 52 proprietários possuíam essa criação, e na grande maioria continham entre 1 a 10 porcos, um número inexpressivo para um frigorífico. Antonio Santetti, ficha número 525, por exemplo, era um produtor rural com 14,3ha. e apresentava apenas 2 suínos e 50 aves, um número pequeno de criação, utilizada como relatado anteriormente, apenas para o seu consumo, de seus familiares e venda local.

De maneira geral, o terceiro capítulo evidenciou a pequena propriedade rural em Passo Fundo na década de 1960, percebe-se que o pequeno produtor possuía na sua grande maioria um terreno de até então 64ha. Além disso, o mesmo não modernizou a sua produção através de implementos agrícolas, mas sim de técnicas e maneiras de melhorar

a produção, e esse foi um dos motivos para a aproximação dos pequenos produtores com o STR/PF. Foi junto com o sindicato que se conseguiu um aprimoramento de técnicas agrícolas. Nota-se que grande parte da plantação era de soja, milho e trigo, e um número pequeno de filiados possuíam criação de animais, sendo os bovinos e os suínos a escolha mais comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa estruturou-se no sentido de compreender o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo (1962-1970), identificando e caracterizando os primeiros associados e a propriedade da terra desses pequenos produtores rurais.

Para isso o trabalho dividiu-se em três capítulos. O primeiro capítulo, através da historiografia, onde se analisou a luta pela terra e o surgimento do sindicalismo rural no Brasil e no Rio Grande do Sul, aprofundando o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na região de Passo Fundo e as suas frentes de trabalho, como FAG e FETAG. Nesse primeiro capítulo, analisou-se a falta de representação organizada que reivindicassem e organizassem os pequenos produtores rurais, bem como os assalariados rurais, surgindo assim um sindicato mais voltado aos pequenos produtores e trabalhadores do campo, os quais, na maioria das vezes, não se encaixavam em Sindicatos Rurais já existentes.

No segundo capítulo verificamos que o filiado ao STR/PF (1962- 1970), compreendendo que o gênero masculino é o mais presente na entidade com mais de 93% dos filiados sendo do sexo masculino. Além disso, foi analisado que grande parte dos filiados possuía um núcleo familiar grande, compreendendo pai, avós e demais entes próximos, como o caso citado da família Rosso. Estes filiados entravam no STR/PF para garantir seus direitos previstos no Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, além de garantir assistência médica, odontológica e hospitalar. Verificamos também que a maior parte dos filiados, mais de 80%, pagaram suas contribuições em dia, ajudando assim que a entidade permanecesse ativa.

Por fim, no terceiro capítulo compreendemos que grande parte dos filiados ao STR/PF possuíam pequenas propriedades rurais-71 fichas de um total de 88 fichas da amostragem de propriedades- tendo de 1 a 4 módulos fiscais, localizadas entre os anos de 1962 a 1970 nos distritos de Passo Fundo: Ametistas (Campo do Meio), Bela Vista, Ciriaco, Coxilha, Ernestina, Pulador, Rio Telha, Sertão, São João Bosco, São Roque e Trinta e Cinco, tendo na sua maioria terreno no distrito sede. Notamos que os pequenos produtores rurais modernizaram o seu território através das relações sociais e de aprimoramento de técnicas agrícolas, no entanto, poucos proprietários conseguiram implementar implementos agrícolas, sendo esses apenas vinculados aos médios proprietários. Em relação ao plantio e cultivo, percebemos que a maioria das propriedades possuía uma produção voltada a subsistência ou a venda local, tendo como principais colheitas a da

soja, milho e trigo; e as principais criações bovinos, suínos e aves, mas sempre com pouca quantidade.

De maneira geral, analisamos que os pequenos produtores rurais de Passo Fundo vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (1962-1970) necessitavam do sindicato para a sua representação, mas também para auxiliar na produção agrícola. No mais, a relação do filiado com o sindicato era de uma ligação intrínsecas, ambos necessitavam um do outro para permanecerem ativos e com os seus direitos garantidos. Por mais que houvesse um afrouxamento das lutas durante o período ditatorial, foi o sindicato que conseguiu fazer com que o produtor tivesse condições de permanecer no campo garantindo certa modernização do campo e o aprimoramento das técnicas agrícolas.

Salienta-se que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo tem muitos aspectos ainda a serem explorados. As atas, correspondências e registros presentes na sede da entidade ainda não foram estudadas e profundadas em nenhuma perspectiva, sendo que questões como a atuação em cada distrito, o contato com a FAG e com a própria entidade nacional ainda podem abarcar diversos trabalhos.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Clovis Tadeu; TEDESCO, João Carlos. A revolução verde e a modernização agrícola na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul – 1960/1970. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, [S.L.], v. 21, n. 45, p. 257-281, 15 ago. 2016. UPF Editora. <http://dx.doi.org/10.5335/rtee.v21i45.6187>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306126969_A_revolucao_verde_e_a_modernizacao_agricola_na_mesorregiao_noroeste_do_Rio_Grande_do_Sul_-_19601970. Acesso em: 20 set. 2020.

ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota, RS. *Ciência e Natura*, Santa Maria, v. 30, p. 149-172, jan. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/8861>. Acesso em: 19 set. 2020.

ALVES, Francisco José da Costa. *Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de ribeirão preto*. 1991. 352 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285817/1/Alves_FranciscoJosedaCosta_D.pdf. Acesso em: 05 out. 2020.

BARROS, José D' Assunção. *A História Social: seus significados e seus caminhos*. Revista de História da UFOP, Ouro Preto, n. 15, p.1-23, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/321024813_A_Historia_Social_seus_significados_e_seus_caminhos>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha: ações políticas e ideológica da Igreja Católica no movimento camponês*. Porto Alegre: UFRGS, 1986.

BATISTELLA, Alessandro. *O movimento operário e sindical em Passo Fundo (1900-1964): história e política*. 2007. 267 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo: Ediupf, 2007.

BENEVIDES, M. V. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo- 1945-64*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENINCÁ, Elli. *Conflitos Religioso e Práxis: o conflito religioso na ação política dos acampamentos de Encruzilhada Natalino e da Fazenda Annoni*. Passo Fundo: editora UPF, 2016.

BORGES, Alexandre Walmott. *O Castigo de Latona: as estratégias da ditadura militar para os direitos sociais do trabalhador rural: do estatuto do trabalhador rural do governo João Goulart, de 1963, ao estatuto do trabalhador rural de Emílio Médici, de 1973*. 2019. 572 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29224/4/CastigoLatonaEstrategias.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Domínios da história: Rio de Janeiro*. Campus, 1997.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, n. 2, p. 11-22, 1994.

Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/21/23> Acesso em: 12 set. 2020.

CAUME, David José. *O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares*. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 2006.

CORONEL, Daniel Arruda; ILHA, Adayr da Silva; LEONARDI, Alex. OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL E A REFORMA AGRÁRIA: do Master ao MST. *Perspectivas Contemporâneas*, Campo Mourão, v. 4, n. 2, p. 03-22, ago. 2009. Disponível em:

<http://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/610>. Acesso em: 08 set. 2020.

DIEHL, Astor Antônio. *Os círculos operários: um projeto sócio político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932-1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 1990.

DUARTE, Kamilla Alves; LUSA, Mailizgaribotti. O CAMPONÊS COMO TRABALHADOR PARA O CAPITAL AGRÁRIO. In: VI SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 6., 2014, Araraquara. *Anais* .

Araraquara: NUPEDOR, 2014. p. 01-28. Disponível em:

https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Trabalhos%20Completo/9_Agricultura%20Familiar%20e%20Soberania%20Alimentar/9A_Agricultura%20Familiar%20e%20Soberania%20Alimentar/1_Kamila%20Duarte.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.

ECKERT, Cordula. *Movimento dos Agricultores sem Terra no Rio Grande do Sul – 1960 –1964*. Rio de Janeiro. UFRJ, 1984.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S.L.], v. 21, n. 62, p. 27-44, out. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092006000300002>.

Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000300002&script=sci_arttext)

[69092006000300002&script=sci_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000300002&script=sci_arttext). Acesso em: 04 set. 2020.

FERNANDES, Otávia. *A questão Agrária no Brasil: ensaio sobre as lutas sociais no meio rural*, Minas Gerais, Sinpro, 1997, p. 67.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. O estatuto do trabalhador rural e o funrural: ideologia e realidade. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v. 35, p. 189-202, jun. 1973. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1490/1194>. Acesso em: 18 ago. 2020.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pág. 343- 404.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas.

Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan. 2017. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/3381/338151136002.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pág. 181- 212.

FÜRSTENAU, Vivian. A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, n. 8, p. 139-154, jan. 1987. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235711306.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

GIANNOTTI, Vitor. *A liberdade sindical no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HELLER DA SILVA, Osvaldo. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi Editora, 2006.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Lutas sociais na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

LEIBRUDER, Ana Paula. *O posicionamento da UDN sobre o projeto de Reforma Agrária do governo João Goulart (1963-1964): estratégias de silenciamento da polifonia enunciativa*. 2007. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-14052008-160050/en.php>. Acesso em: 28 set. 2020.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida: Uma História da Questão Agrária do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MACHADO, Ironita A. Policarpo et al. *Indígenas, quilombolas e agricultores: história e conflitos agrários no sul do Brasil*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2018.

MACHADO, Ironita P. *Entre Justiça e Lucro: Rio Grande do Sul 1890-1930*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2012.

MACHADO, Ironita Policarpo; FARIAS, Álisson Cardozo; SANTOS, Caroline Lisboa dos. A questão florestal na legislação agrária rio-grandense. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 12, n. 23, p. 177-201, jan. 2013. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1731/pdf_149. Acesso em: 16 out. 2020.

MACHADO, Ironita. *O mundo rural: uma proposta de investigação historiográfica*. 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1441999258_ARQUIVO_cominucacao.pdf. Acesso em: 18 nov. 2019.

MANTELLI, Jussara. ORGANIZAÇÃO NO MEIO RURAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL. In: 12º ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideo. *Anais [...]*. Montevideo: Observatório Geográfico América Latina, 2009. p. 1-13. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/14.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. "Sem Terra", "Assentados", "Agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, Norma (comp.). *¿Una Nueva Ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 107-133. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/31147899/ebooksclub.org__Una_Nueva_Ruralidad_En_America_Latina__Biblioteca_de_Las_Mujeres__Spanish_Edition_.pdf?. Acesso em: 17 ago. 2020.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado), Programa de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: UNICAMP, 1995.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pág. 155-194.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945- 1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pág. 47-96.

NORA, Helenice Aparecida Derkoski Dalla. *A Organização Sindical Rural no Rio Grande Do Sul e o Surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais De Frederico Westphalen (1960 – 1970)*. 2002. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo: Ediupf, 2002.

NOVAES, R. C. R. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA*. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf. Acesso em: 03 ago. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO, AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA*. São Paulo: Fflch, 2007. Disponível em: http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf. Acesso em: 02 set. 2020.

PEREIRA, Josei Fernandes. *ELOS E CORRENTES: História do Cooperativismo e do Crédito no Rio Grande do Sul (1902-1930)*. Porto Alegre: Sescop/rs, 2013.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. 2011. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006

PORTO-GONÇALVES, C. W. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. *Revista Geografias*, [S. l.], p. 7-25, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13178>. Acesso em: 22 nov. 2020.

RABELO, Ricardo Fonseca. Plano de Metas e consolidação do capitalismo industrial no Brasil. *E & G Economia e Gestão*, Belo Horizonte, v. 23, n. 45, p. 44-55, dez. 2002.

RAMOS, Carolina. *Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. 2011. 266 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1349.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945- 1964)*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930- 1964). In: FAUSTO, Boris (Orgs.). *O Brasil republicano III: Sociedade e política (1930- 1964)*. São Paulo: Difel, 1981.

RÜCKERT, Aldomar A. (1997). *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul 1827-1931*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

SANDRONI, Paulo (Org.). *Dicionário de Economia*. São Paulo: Círculo do Livro, 1999. Disponível em: <https://www.academia.edu/7406298/Dicion%C3%A1rio_de_Economia_-_Sandroni>. Acesso em: 04 nov. 2019.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (org.). *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SEGATTO, José Antonio. PCB: A questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945- 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pág. 217- 240.

SILVA, Maria Auxiliadora Oliveira da. *Evangelizar e Politizar: o sentido da atuação da Igreja Católica com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Seridó Potiguar (1964-1979)*. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13774/1/EvangelizarPolitizarSentido_Silva_2007.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. 23 ed. São Paulo: Atual, 1994.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O CAMPONÊS E O TRABALHO: analisando a importância do excedente social. *Pegada: A Revista da Geografia do Trabalho*, S.L., v. 11, n. 1, p. 64-76, jun. 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1705/1647>. Acesso em: 20 set. 2020.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista Social Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p.115-137, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a09v19n39.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. O RIO GRANDE DO SUL: fronteira entre duas formações históricas. *Ensaio Feee*, Porto Alegre, v. 11, n. 02, p. 308-344, 1991. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/836/1107>. Acesso em: 02 set. 2020.

TEDESCO, João Carlos. *Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo e desenvolvimento na região de Passo Fundo - Pós-anos 90*. Passo Fundo: Est, 2006.

TEDESCO, João Carlos. CONFLITOS DE INTERESSES E TUTELA CAMPONESA: O ASSOCIATIVISMO CATÓLICO NO RS – DÉCADAS DE 1950 E 1960. *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História*, Maringá, v. 15, n. 1, p.147-176, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3055/305525027009.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

TEDESCO, João Carlos. *De olho na balança: Comerciantes coloniais no Rio Grande do Sul na metade do século XX*. Passo Fundo: Est Edições e Méritos Editora, 2008.

TEDESCO, João Carlos. Os campos político e religioso na “questão da terra” no Rio Grande do Sul o sindicalismo rural nas décadas de 1950 e 1960: o sindicalismo rural nas décadas de 1950 e 1960. In: MACHADO, Ironira A. Policarpo; GERHARDT, Marcos. *História do Mundo Rural: o sul do Brasil*. Passo Fundo: UPF, p. 284-320.

TEDESCO, João Carlos; BEUX, Paulo Ivan Schutz. Avanço do processo transformador da economia rural em economia agroindustrial no município de Passo Fundo. In: TEDESCO, João Carlos; BEUX, Paulo Ivan Schtz; SOUZA, Sirlei F.; CECCHET, Renan. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo*. Porto Alegre: Est, 2005. p. 51-122.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. *Conflitos Agrários no Norte Gaúcho 1960-1980*. Porto Alegre: Est Edições, 2007.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madereiros, comerciantes e granjeiros: lógica e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

TEDESCO, João Carlos; SOUZA, Sirlei F.; CECCHET, Renan. Da agricultura ao comércio e à indústria: frigoríficos, moinhos e olarias em passo fundo (1950 a 1990). In: TEDESCO, João Carlos; BEUX, Paulo Ivan Schtz; SOUZA, Sirlei F.; CECCHET, Renan. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo*. Porto Alegre: Est, 2005. p. 221-314.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL: impactos econômicos, sociais e ambientais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Três Lagoas, v. 2, n. 2, p. 21-42, set. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revagb/article/view/1339/854>. Acesso em: 05 set. 2020.

VERZA, Severino. *A educação e o saber na ação sindical: estudo de caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí*. 1991. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/75759/88433.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 set. 2020.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicatos no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ZANELLA, Anacleto. *A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho- 1937 a 2003: semelhanças e diferenças entre o processo nacional e o regional*. 2003. 339 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.